

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

ATA Nº 011

PRESIDENTE – DEPUTADA JANAINA RIVA

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia! Sejam bem-vindos!

Quero começar convidando para fazer parte da nossa Mesa o Dr. Jamilson Haddad Campos, Juiz de Direito da 1^a Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá; Dr^a Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, Promotora de Justiça, Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; Heitor Reis, Presidente da Associação dos Familiares Vítimas da Violência do Estado de Mato Grosso; Eduardo Mahon, Advogado; Jozirlethe Barbosa dos Santos, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; Antonieta Luiza Costa, Presidente do Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso; Flávia Serpa, Professora e Antropóloga; quero convidar e nos ajudar com a nossa Audiência Pública, Deputado Estadual Professor Allan Kardec; Daniela Veiga, Conselheira de Educação de Direitos Humanos da Presidência da República; quero convidar a Vereadora do Município de Santo Antônio de Leverger, Giseli Paim; quero convidar a nossa convidada de honra Exm^a Manuela D'Ávila, Deputada Estadual do Rio Grande do Sul. (PALMAS)

Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, eu declaro aberta esta Audiência Pública para debater a edição de uma Lei de políticas públicas de combate ao feminicídio.

Composta a mesa de honra, convido a todos para em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (EDSON PIRES) – Assembleia Legislativa registra e agradece a presença das autoridades que gentilmente compareceram para esta Audiência Pública: Elias Santos, Secretário de Gestão de Pessoas da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; Major Rafael Dias, Coordenador de Gabinete de Gestão Integrada da SESP de Mato Grosso; Renata Viana, Presidente da Ação da Mulher Trabalhista; Marcia Rita Santos, Assistente Social na Casa de Amparo Acolhe Mulheres Vítimas de Violência Doméstica do Município de Cuiabá; Lane Costa, Presidente Municipal do PCdoB de Cuiabá; Taís Brasil, Secretária de Mulheres do Partido Comunista do Brasil – PCdoB; Vinicius Braz Brasilino, Conselheiro do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso; agradecemos a presença dos professores e alunos da Escola Estadual Francisco Ferreira Mendes; agradecemos a presença dos alunos do curso de psicologia da Faculdade de Cuiabá – FAUC; agradecemos a presença da imprensa, agradecemos a presença do docente do curso de Direito da Universidade de Várzea Grande – UNIVAG; Ricardo Moraes de Oliveira, professor do curso de Direito da Universidade de Cuiabá – UNIC e Conselheiro Estadual da Ordem dos Advogados Do Brasil – OAB de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

A palavra, volta com a Presidente da Mesa, Deputada Janaina Riva.

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Em tempo quero convidar para compor a mesa de autoridades, a ex-Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Maria Lucia Cavalli Neder (PALMAS). Também quero convidar a Drª Ana Cristina Feldner, Delegada Adjunta Especializada de Homicídios de Proteção à Pessoa (PALMAS).

Bom dia novamente a todos, eu quero agradecer a cada uma das autoridades e os nossos palestrantes presentes, agradecer a cada um de vocês que vieram hoje para acompanhar esta Audiência Pública que vai tratar de um tema que não é só de relevância para nós mulheres, mas para todo o cidadão Mato-grossense e brasileiro que sabem e vivência o quanto o feminicídio, o quanto a violência vem impactando diretamente a vida de cada um de nós, obviamente, de nós mulheres.

E aqui quero, em demonstração e respeito a todas as mulheres vítimas de feminicídio em Mato Grosso; vocês estão vendo vinte cadeiras reservadas, essas vinte cadeiras tem o nome das mulheres que foram assinadas este ano em Mato Grosso: Nildes Silva, Elza Alves, Daniela de Oliveira, Luzinete Soares, Rosidelma Cândido, Geovana Sinopólio, Maria de Fátima, Viviane, Valira, Isabel Vieira, Jéssica, Izabel Aparecida, Antonia, Débora Pereira, Vanessa Tito, Maria Lopes, Edilene, Célia, Rosineide, Kely Cristina. (PALMAS)

Todas essas Deputada Manuela, foram assassinadas em Mato Grosso, somente neste ano, todas essas mulheres. Mulheres que tinha família, que tinham filhos, que tinham sua vida.

E o que nós queremos aqui hoje, é sem dúvida Dr. Jamilson, criarmos uma perspectiva de futuro, que possa mudar a realidade de todas as mulheres Mato-grossenses.

Nós estamos no Estado mais machista do Brasil, quando nós falávamos dessa Audiência Pública, as pessoas se preocupavam nos grupos, Deputada Manuela, em debater se essas mulheres de fato tinham sido vítimas de feminicídio ou não. Nós não queremos falar dos pormenores, queremos falar que tem mulheres sendo assassinadas dentro de Mato Grosso, e ninguém esta fazendo nada para mudar essa realidade.

É sobre isso que nós queremos falar, e é por isso que nós fizemos essa Audiência hoje, e as pessoas atenderam o chamado.

Quero ser breve, para que vocês aproveitem o máximo de todas essas pessoas que estão aqui, principalmente daqueles que vieram de fora para contribuir com esse debate.

Gostaria de pedir a cada um de vocês, que se tiverem alguma dúvida, alguma pergunta que já direcionem para o cerimonial da Assembleia, que esta aqui.

Iremos colocar alguns palestrantes, para falar primeiro, vamos colocar a Deputada Manuela d'Ávila, que terá que se ausentar no meio da tarde, para outros compromissos fora do Estado. E assim, vocês vão poder fazer as perguntas, e ela responder, antes de deixar o recinto da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, novamente.

E vamos dar início com as palestras, obrigado! (PALMAS)

Em tempo, convido também o Sr. Ricardo Moraes de Oliveira, professor do curso de Direito da Unic e conselheiro Estadual da OAB de Mato Grosso, para fazer presente aqui. (PALMAS)

Passo agora a palavra ao Dr. Jamilson Haddad Campos, Juiz de Direito, da primeira vara especializada de violência doméstica familiar contra a mulher, que terá dez minutos para proferir uma palestra para todos nós.

O SR. JAMILSON HADDAD CAMPOS – Bom dia a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Quero agradecer o convite da Deputada Estadual Janaina Riva para comparecer a uma Audiência Pública cujo tema é de maior importância para o Brasil e para o Estado de Mato Grosso. Tema esse triste no nosso Estado, que é o feminicídio.

Em seu nome, eu cumprimento todos os membros da mesa e desejo as boas-vindas, e da alegria, à Deputada Estadual Manuela D'Ávila, que traz do Rio Grande do Sul a sua caravana de modo a demonstrar a preocupação que tem como mulher e como brasileira no debate da temática do feminicídio. Como Juiz da Vara da Violência Doméstica, é uma honra participar, seja bem-vinda!

Quero parabenizar a todos os presentes! Vejo que temos muitos alunos, vocês são o presente e serão o futuro. E esperamos que o futuro não seja marcado com esses nomes que estamos vendo nas cadeiras de mulheres que foram cruelmente assassinadas nessa temática de questão de gênero, da questão da violência contra a mulher. Nós temos mais de vinte feminicídios no Estado de Mato Grosso. Mato Grosso tem liderado o ranking de assassinato contra as mulheres. Evidentemente que isso causa grande preocupação das autoridades constituídas no Sistema de Justiça.

E a temática é extremamente relevante, Deputada Janaina Riva, vez que esses alunos, com certeza, alguns muito provavelmente presenciam essa violência em casa ou já presenciaram, porque praticamente uma de cada três mulheres já sofreu violência na sua vida, violência por ser mulher por parte dos homens agressores.

Nós temos mais de doze mil processos só em Cuiabá de violência doméstica contra a mulher. Nós temos, às vezes, finais de semanas em que os crimes de maior incidência são exatamente de violência doméstica contra as mulheres. Nós estamos passando por um período de crise e de grande preocupação, porque isso afronta diretamente o maior princípio da nossa república, o da dignidade da pessoa humana.

E essas informações... Os alunos estão de parabéns, estarão entendendo que nada justifica a violência. Nós estamos trabalhando com afinco, participando das Audiências Públicas, ministrando palestras, mas temos aqui, membros desta seleta mesa, Advogado Eduardo Mahon, que estabelecer, de maneira muito crítica, políticas públicas e vazão no sentido de levar à população uma efetividade no combate a essa violência contra a mulher.

Eu tenho participado, sou Vice-Presidente do Fórum Nacional de Violência Doméstica Contra as Mulheres, e vejo que a Deputada do Rio Grande do Sul é filha de um colega, isso muito nos honra, e nós estamos debatendo isso no Brasil todo, essa temática da violência contra as mulheres.

Uma mulher quando é agredida, o homem se sente agredido como filho, como marido, os filhos se sentem agredidos. Os filhos, presenciando essa violência, vão repetir esse ciclo. O filho que vê o pai agredindo a mãe e, continuando essa relação, ele acha que é normal agredir a mulher em suas relações.

A mulher que presencia a mãe sendo agredida, espancada dentro de casa, e continuando essa relação, acha que é normal ser agredida e vai procurar agressores nesse seu relacionamento, repetindo padrões herdados, estruturados e programados na sua vivência no âmbito donde se desenvolveram.

Por isso que é muito grave, por isso que nós precisamos combater essa temática, porque as crianças que presenciam essa violência reproduzem esse ciclo como se fosse algo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

justificável, como se fosse algo aceitável, como se fosse parte da própria relação humana. E de fato não é. Nenhum fato justifica a violência contra o ser humano.

Essa violência tem impactado todo o orçamento do Estado, porque nós temos mulheres sendo afastadas dos seus ambientes de trabalho pela violência, isso afeta o mercado de trabalho, isso afeta a produção, isso afeta o emprego, nós vivemos uma crise econômica grande no Brasil de desemprego, mais de doze milhões de desempregados no Brasil.

Nós temos, no sistema de educação, as crianças que presenciam essa violência dentro de casa, elas têm uma diminuição na sua aptidão para o mundo escolar, na sua concentração em sala de aula, ficam agressivas, arredias, reproduzem essa violência, isso prejudica também a área educacional.

Nós temos o Sistema Penitenciário com hiperpopulação carcerária, o custo alto de cada preso, essa violência impacta também o Sistema Penitenciário; nós temos as polícias sobrecarregadas com esse número absurdo e excessivo de violência doméstica no Estado de Mato Grosso; nós temos os Fóruns sobrecarregados de processo de violência doméstica; e nós temos seres humanos sendo assassinados de maneira brutal, seres humanos esses, mulheres.

Nós precisamos entender de uma vez por todas que é preciso trazer, na grade curricular, os princípios constitucionais de igualdade, os princípios da eticidade, que é de respeito, para que haja informação, desde a idade do período de início da vida escolar, da não cultura dessa violência, que os alunos entendam que nós vivemos em uma cultura machista.

O que é cultura? São práticas reiteradas ao longo do tempo em uma determinada sociedade. Nós temos um País patriarcal e essa compreensão infelizmente vem sendo de muitos, muitos anos e muitas gerações. Para isso que nós precisamos inserir na grade escolar para que as crianças, os alunos entendam que nada justifica essa violência. (PALMAS)

É preciso uma compreensão, é preciso uma educação para que se mude a cultura. Não adianta somente prender, não adianta somente colocar polícia, não tem como colocar um policial em cada casa, em cada esquina. Nós precisamos investir na educação. E essa temática, para que haja mudança, precisa ser inserida e é um tema político da maior relevância.

Eu tenho certeza que os agentes políticos que realmente compreenderem a dimensão do sofrimento dessas mulheres, do sofrimento de suas famílias, do sofrimento dos alunos, do impacto no sistema de saúde, do impacto no sistema de educação, do impacto no Sistema Penitenciário brasileiro no Estado de Mato Grosso.

Seria uma bandeira extremamente relevante para a sociedade, que é essa temática do combate à violência contra a mulher, para que não haja mais feminicídios, que é o assassinato de mulheres de modo cruel pelo simples fato de serem mulheres. É algo deplorável, injustificável, mas que infelizmente tem marcado de maneira muito forte as estatísticas negativas do Brasil e, especialmente, aqui do Estado de Mato Grosso.

Nós temos outras questões que são importantes, mas primeiro vem a educação. Outras, quais são? Patrulha Maria da Penha, nós temos projetos de tratamento para os agressores, inclusive a Psicóloga Eliane Montanha está aqui, nós desenvolvemos esse projeto em parceria, e é importante para que eles entendam que estão inseridos nessa cultura machista, que eles entendam que nada justifica essa violência.

Também temos o Revive, Deputada Janaina Riva. Eu acho que seria muito importante a Deputada, como mulher, como liderança na política aqui no Estado, levar ao

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

conhecimento para que seja revitalizado, para que seja efetivado, porque, com certeza, estará acolhendo, tratando e dando guarida a essas mulheres vítimas de violência doméstica.

Nós participamos, Dr.^a Lindinalva e Dr.^a Rosana, dessa preocupação em relação ao Revive, e precisamos trazer essa referência no atendimento aqui para Cuiabá. Isso são questões que efetivam o combate da violência doméstica.

Quero parabenizar, também, Audiências Públicas como estas e os meios de comunicação por levarem de maneira central essa preocupação, porque não é um crime somente contra a mulher, é um crime contra a humanidade. Ele atinge o bolso de cada uma das pessoas que aqui estão, ele impacta todo o sistema estatal, impacta diretamente a nossa vida, e o pior, reproduz a violência nesse ciclo sem fim que estamos vivendo no Brasil. Então, é um tema da maior importância, porque ele impacta na questão orçamentária, na vida política, na vida humana, na vida familiar, na vida das crianças, na vida dos idosos e na vida dos seres humanos.

Então, eu estou à disposição e muito feliz por estar participando desta temática. Sempre que for chamado, estarei aqui com muita honra, fico muito agradecido. Estou aqui à disposição para debater, para encontrar soluções e dizer que o Poder Judiciário está atento, está atuando, e nós temos audiência de instrução de segunda a sexta-feira, todos os dias da semana. Imaginem se não houvesse isso!

É por isso que precisamos trazer para as grades escolares essa educação da cultura da não violência, do respeito à mulher, do diálogo dentro de casa, para que as nossas mães, as nossas mulheres e nossas filhas, não mais...

Dr.^a Maria, ex-reitora da UFMT, e minha irmã Amini, da UFMT, tenho muito respeito e admiração pela senhora!

Então, precisamos, sim, trazer para o sistema da educação. É uma grande bandeira política para os nossos regentes políticos essa preocupação e, com certeza, se tiverem um olhar da gravidade que isso tem, estarão trazendo uma multidão para esse combate à violência contra a mulher.

Parabéns, Deputada Janaina Riva, e a todos os membros desta seleta mesa e a todos os presentes! (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Quero agradecer a Poliana de Souza Corrêa, Gestora do Centro de Referência de Direitos Humanos do Município de Cáceres; Vereador Hélio da Nazaré, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra; Milton, Vereador do Município de Tangará da Serra; Professor Sebastian Ramos e Ronaldo Quintão, Vereadores de Tangará da Serra, também; agradeço a presença de Vossas Excelências.

Quero convidar para fazer parte desta mesa a Jusci Ribeiro, Suplente de Deputada Federal. (PALMAS)

Convido para fazer o uso da palavra o Sr. Eduardo Mahon, advogado, com o tema feminicídio e a transexualidade.

O SR. EDUARDO MOREIRA LEITE MAHON - Exm^a Sr^a Presidente, membros da mesa, na maioria meus amigos, Deputada Estadual Manuela D'Ávila, senhores e senhores, são dez minutos, eu vou me permitir mais dois.

Devo iniciar a minha breve intervenção, afirmando que o Brasil é um país pobre. O berço esplêndido cantado no Hino Nacional talvez tenha comprometido a nossa percepção de que estamos vivendo numa sociedade em que 70% da população não leem um único livro por ano, o maior indicador de pauperismo nacional, mais significativo, mesmo que o PIB.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

O Brasil encontra-se tristemente dividido entre uma catequese marxista e a cultura com sua respectiva reação conservadora, misógina e racista.

No Congresso Nacional, há desde a leniência com o crime por razões ideológicas, altamente equivocadas, com a participação no crime organizado por razões financeiramente, amplamente, justificáveis. Como ocorre nas democracias, a representação política é um reflexo mal acabado do que se passa nos segmentos sociais. Só há chance para o conjunto de criminosos que perambulam no Congresso Nacional em razão do parco preparo intelectual do nosso povo. Reflexo de uma evolução social ainda muito aquém do que esperamos.

Por conseguinte, naquela fauna, há idiotas para todos os gostos, desde ilhamas cuspidoras até reprimidos paranoicos que enxergam no Mickey uma ameaça à família brasileira. (PALMAS)

No entanto, Sr^a Presidente, permita-me retornar alguns anos. Há 30 anos, a Constituição da República era promulgada, o estatuto jurídico protetivo estava implementado numa hipertrofiada redação, talvez como salvaguarda contra os horrores da Ditadura Militar que tantos idiotas insistem em metaforizar de intervenção militar democrática.

Pelo texto, percebe-se a redobrada proteção aos agentes políticos, além da mais extensa lista de direitos de cidadania já vista numa Carta Constitucional no Brasil, que aliás é a mais longeva em termos de manutenção da democracia.

O alargamento de direitos fez com que as corporações profissionais fossem mais rapidamente beneficiadas do que o restante da população que ainda pasta na pobreza, gramando a ignorância secular em escolas de péssima qualidade e desempenho. Dessa forma, um arcabouço de regras infraconstitucionais foi necessário para dar efetividade às diretivas constitucionais de 1988. Um amplo conjunto de ações afirmativas da inclusão, tão reclamado por extratos conservadores, foi responsável por passos importantes rumo à cidadania. Cotas raciais? Sim. Cotas sociais? Sim. Política de renda mínima? Sim. São tão necessárias quanto combatidas pelos ultraliberais que se perdem no sofismo de viver num clima de igualdade, quando igualdade é o que mais falta no Brasil.

Declarações desprezíveis de um renomado jurista como Ives Gandra Martins, que reclama por sentir-se minoria branca e heterossexual, só desnudam o cinismo de um milionário, de um lado, e os recalques de ordem psicológica, de outro. De acordo com o IBGE, mesmo com a política de cotas, 13% dos jovens negros chegam à universidade. Em medicina, 98% dos estudantes são brancos.

Essa minoria sofrida, de Ives Granda, na verdade é uma fraude.

Já os pobres somam apenas 8.3% dos estudantes universitários das instituições públicas de ensino superior, e ficam com 4% das faculdades particulares.

De cada mil crianças indígenas, cinquenta morrem antes de completar um ano de vida, 100% à mais do que a média Nacional.

Do alto dos três andares, do escritório na Cerqueira César, Ives Granda Martins, reclama que os índios estão numa porção de terras, absolutamente desproporcional, ao número de habitantes que sobraram nas aldeias.

Segundo o banco de dados do SUS, 55% das mortes por desnutrição no Brasil, acontecem entre índios. (PALMAS).

A cada ano, morrem trezentos e sessenta e cinco gays, lésbicas, bissexuais e travestis, apenas pela condição sexual, e nada mais. Contra as mulheres, são contabilizadas cinco mortes, à cada cem mil, o que coloca o país no quinto do ranking, mais violento do mundo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Especificamente contra mulheres negras, o homicídio subiu em 54% nos últimos dez anos, conforme o Ipea.

Num balanço recente, realizado pela Central de Atendimento a Mulher, em comparação com 2014, houve o aumento de 44%, no número de relatos de violência, 325% de cárcere privado, 129% de violência sexual, dez mulheres são estupradas no Brasil, por dia, 151% de tráfico de pessoas, os negros, os índios, os lgbs, tem 70% menos estudos e, portanto, menos chance no mercado de trabalho.

No Congresso Nacional, a extrato de fundamentalismo religioso, uma bancada de Xiitas, resiste a política de proteção à minoria, e o fazem sobre argumentos mais covardes e mais eleitoreiros que se possam imaginar.

Em 2017, a última pesquisa da Catho, a maior intermediadora de emprego do Brasil, revelou que as mulheres ganham menos do que os homens em todos os cargos. A diferença entre os salários chegam a 58% e, para especialista, 51%. Completam o ranking especialista técnico 47% de diferença; coordenação, gerência ou diretora, 46%; supervisor, 28%; analista, 20%; trainee, 16%; assistente-auxiliar, 9%.

Já o IBGE, retrata a mesma disparidade, considerando a renda média nacional do brasileiro em R\$ 2.043,00 (dois mil e quarenta e três reais), temos que os homens ganham em média R\$ 2.251,00 (dois mil, duzentos e cinquenta e um reais), enquanto que as mulheres recebem em média R\$ 1.762,00 (mil, setecentos e sessenta e dois reais).

Segundo os dados divulgados em 2016, pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil está no vergonhoso número: 129º (centésimo, vigésimo nono) lugar, em igualdade salarial e demorará cem anos para que haja equiparação. Apenas 4% das mulheres estão em cargo de chefia.

Na nossa Assembleia Legislativa, dos vinte e quatro Parlamentares, apenas uma mulher. A desigualdade pode chegar a 25,6% em algumas Regiões do Norte e Nordeste com relação a valores de salário. Por que as empresas não contratam mais mulheres, se pagam menos? Além da preferência pela mão de obra masculina há argumentos políticos de natureza indecifrável. Para um dos maiores representantes da burrice nacional, Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro, por exemplo... (PALMAS) As mulheres devem ganhar um salário menor porque engravidam. Em recente entrevista para o Jornal Gaúcho Zero Hora, em fevereiro de 2015, o pré-candidato à presidência declarou: “Entre um homem e uma mulher jovem, o que um empresário pensa? ‘Poxa! Essa mulher está com uma aliança no dedo, daqui a pouco engravida. Quem é que pagará a conta? O empregador’. No final ele abate o INSS, mas quebrou o ritmo do trabalho, por isso que o cara paga menos para mulher. Eu sou um liberal. Se eu quero empregar você na minha empresa ganhando dois mil por mês, e a dona Maria ganhando mil e quinhentos, se a dona Maria não quiser ganhar isso que procure outro emprego, o patrão sou eu.

Os dados objetivos são óbvios. E por isso mesmo esse contexto retrógrado, machista, proto militar, pseudo religioso, após o grande avanço da Lei Maria da Penha alcançou, surge agora o delito de feminicídio, uma outra medida legislativa de proteção especial, visa proteger mulheres especificamente.

O legislador, infelizmente, limitou-se às mulheres, não abrangendo o gênero, ou seja, travestis, por exemplo. Ainda que as travestis tenham conquistado o direito de serem identificadas pela aparência social, na minha ótica, ainda faltam serem contempladas especificamente pelo estatuto penal como vítimas especiais alargando o dolo específico de contra

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

mulher para contra alteridade sexual, de forma a proteger o crossdresser, transexuais ainda não operados, travestis, gays, bissexuais, etc.

Uma palavra técnica, se me permite, Excelência, o novo inciso do art. 121 é definidor contra mulher. E depois o complemento por razões de condição de sexo feminino não se utiliza da partícula alternativa na qual haveria repercussão completamente diferente, contra a mulher ou contra a quem se vale da condição sexual feminina. Neste caso ou o problema estaria resolvido.

O § 2º explica ainda melhor o contexto do feminicídio em duas hipóteses já descritas: violência doméstica ou menosprezo da condição de mulher.

Portanto, sem qualquer dúvida, a legislação está distrita à mulher ou no máximo transexuais que se tornaram mulher, obviamente. Não se trata daqueles que se comportam, que se veste socialmente como mulheres, o que é uma pena, no meu ponto de vista.

Faço o último apontamento sobre a claudicante técnica legislativa.

No § 7º, que regula as causas do aumento de pena, há o inciso II que disciplina: “contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência”. Curiosamente, a lei não diz expressamente mulher e, sim, utiliza a palavra pessoa, hipótese que dará pano para manga aos intérpretes, sejam eles doutrinadores ou magistrados.

Esta foi a minha modesta contribuição para o debate. Honrado eu estou pelo convite para compor a mesa.

Espero ter trazido ao lume dados objetivos suficientes que desqualificam qualquer manifestação que atente contra os avanços conquistados por minorias e, no caso, das mulheres, pela maioria da população brasileira que, ainda, é subjugada covardemente por doutrinas ou práticas insustentáveis, mesmo que muitos intelectuais tenham fascinação por relativizar tudo, cedendo a uma filosofia niilista, a um núcleo ético inegociável, no qual precisamos nos agarrar de forma suprapartidária.

Como diria o poeta Décio Pignatari, na geleia geral brasileira alguém tem que ser medula e osso. Pois bem, que pessoas comprometidas com o humanismo e seus múltiplos aspectos, independentemente de coloração partidária, possam ser medula e osso nesse enorme debate contemporâneo que muito analisa, muito discute, muito polemiza e pouco efetiva.

Se não é pelo bom senso que não se encontra diálogo em uma sociedade amplamente machista, patrimonial e personalista, tem a mulher a igualdade por força de lei.

Muito obrigado!

Bom dia! (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Muito obrigada, Dr. Eduardo Mahon.

Agradeço a presença do Sr. Manoel Motta, suplente do Senador Wellington Fagundes, do PC do B – está ali o Sr Manoel; Srª Ana Carolina Costa, neste ato representando a Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais da SEDUC; Srª Alexandra de Moura Nogueira, Presidente da LÍRIOS-Organização da Sociedade Civil de Apoio Psicossocial a Mulheres Vítimas de Violência; Srª Nara Teixeira, Tesoureira da Central Única dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil-CTB (PALMAS); Srª Jordana Ramos Nascimento, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino do Estado de Mato Grosso; e Sr. Ronivalter de Souza; Secretário Municipal de Planejamento de Rondonópolis, o Roni. (PALMAS)

Quero agradecer a presença de cada um.

Nós estamos ao vivo pela *TV Assembleia*, canal 30,1, HD, para todo Estado. Se alguém quiser indicar a alguém para acompanhar nossa Audiência Pública...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Quero chamar para usar da palavra, a Dr^a Lindinalva Rodrigues. (PALMAS)

A SR^a LINDINALVA RODRIGUES DALLA COSTA - Muito bom dia a todos e todas!

Parabenizo a nossa querida Deputada Janaina Riva pela iniciativa importante de debatermos essa questão tão complexa que é o feminicídio. Eu atuo há 11 anos no enfrentamento à violência doméstica. Fui a primeira Promotora de Justiça, no Brasil, a aplicar a Lei Maria da Penha. Auxiliei várias CPIs no Congresso Nacional, inclusive, a CPMI de Violência Doméstica. Digo para vocês que o sentimento, hoje, em relação a Mato Grosso é de absoluta frustração.

Sinceramente, como mulheres vítimas, em situação de vulnerabilidade pela violência doméstica, não sinto que elas são importantes para o Estado, para o Município ou para a União. (PALMAS) Nós somos...

Eu andei na CPMI em todos os Estados da Federação, portanto, posso afirmar que somos a única capital do Brasil sem ter sequer um centro de referência para as mulheres em situação de violência doméstica. Isso é muito grave, porque a maioria, grande parte das vítimas, não quer simplesmente o processo penal. Ela quer ser ouvida, quer que o seu companheiro seja encaminhado para um tratamento de desintoxicação de álcool e droga, quer fazer um curso de capacitação para ser reinserida no mercado de trabalho. Hoje, a única porta de entrada que essas mulheres possuem é a Delegacia de Polícia que atende de forma precária, sem o número de servidores necessários e, muitas vezes, essas mulheres têm que pegar senha para serem atendidas *a posteriori*.

Digam-me, vocês, qual dessas vítimas voltaria a acreditar no sistema de Justiça, se recebesse essa senha, ao invés de atenção imediata que a Lei Maria da Penha diz que todas nós, mulheres, temos direitos?

Lembro-me de uma Audiência Pública, da qual participei, em Campo Grande, com as mulheres indígenas. A fala de uma daquelas mulheres indígenas que vieram em cima de um caminhão escondidas dos homens da tribo... Elas vieram de madrugada, às 4h, para falar nessa Audiência Pública. E uma das delas ao pegar o microfone disse: “Nós estamos igual coró, mas nós queremos virar ‘barboletas’. Queremos uma Lei Maria da Penha para nós, também, mulheres indígenas, porque quando chegamos à delegacia o homem branco diz que não podemos fazer a ocorrência, porque somos índias.”

Eu fiquei pensando - já estudando a situação das mulheres em violência doméstica no Brasil todo - que não só as mulheres indígenas, mas todas as nossas mulheres, ainda, querem ver implementadas, de fato, a Lei Maria da Penha no Brasi, porque, principalmente nas cidades do interior, as mulheres não têm acesso a essa lei. Isso é uma coisa muito séria!

Então, eu luto, hoje, por políticas públicas básicas como uma delegacia de polícia reformada. Há 10 anos a Dr^a Jozirlethe pede para que reforme a Delegacia da Mulher e lhe dê estrutura de trabalho. Tiraram a Dr^a Jozirlethe e sua equipe diminuta do local, alugaram um local e abandonaram a reforma.

Nós precisamos dessa delegacia funcionando 24h, porque a maioria dos casos acontece nos finais de semanas e feriados (PALMAS).

Nós precisamos ter implementado um projeto, que já existe, de autoria da Deputada Janaina Riva, para termos verdadeiramente a patrulha Maria da Penha na nossa cidade e isso não custa nada, apenas capacitar parte dos policiais militares para atender apenas as ocorrência de violência doméstica e acompanhar a aplicação das medidas protetivas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Nós precisamos que, finalmente, o Estado nos olhe e nos enxergue, porque ainda nos sentimos invisíveis apesar de sermos 51% das eleitoras neste País.

Temos que nos empoderar e cobrar do Poder Público políticas públicas, pois sem elas jamais poderemos enfrentar questões tão complexas que não começam com o feminicídio, mas terminam nele, porque as mulheres não tiveram oportunidade de fazer as suas denúncias quando esses crimes eram crimes menores, como lesão e ameaça. Mas se não estivermos dispostos a levar a sério essas denúncias não conseguiríamos salvar essa geração de vítimas.

Muito obrigada (PALMAS)

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Nós estamos, também, ao vivo pela Rádio 89.5, Rádio Assembleia.

Quero convidar, para fazer o seu agradecimento e as suas considerações, o Deputado Professor Allan Kardec.

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC - Bom dia, pessoal!

Eu sou de luta e estou com ela. Para Presidente, vou votar na Manuela (PALMAS).

Deputada Janaina Riva, minha líder na Assembleia Legislativa, líder do Bloco da Oposição. Bloco pequeno, Deputada, mas que é fundamental à democracia num Estado tão conservador como o nosso. Vossa Excelência nos lidera desde o início do mandato. Eu que cheguei um pouquinho depois, mas, vim somar a esse esforço que temos feito aqui na Assembleia Legislativa para muitas vezes fazer as denúncias, fiscalizar, mas, mais que isso, para abrir as possibilidades de diálogo com uma parte da sociedade que, talvez, o Estado acredite não ser tão importante nas suas tomadas de decisão.

Mas aqui na Assembleia Legislativa temos luta, temos resistência; temos a Deputada Janaina Riva, o Deputado Zeca Viana, o Deputado Valdir Barranco e, hoje, o Deputado Professor Allan Kardec somando essa frente de oposição e outros Deputados que estão começando a enxergar.

Nunca é tarde para enxergar que passamos três anos e meio numa escuridão total neste Estado, onde o dedo apontava e falava, mas não agia. Deixou muita gente para trás neste Estado e hoje o Governo está sofrendo as consequências de um Governo ditador. E Governo ditador é fora. Assim como Governo golpista, também, em nível Nacional, tem que estar fora.

Mas nós vamos falar rapidamente do tema e dizer à Deputada Janaina Riva, à Deputada Manuela, à Drª Lindinalva, à Vereadora Giseli Paim, única Vereadora do Município onde nasci, Santo Antônio de Leverger, que muito nos honra, que precisamos dar um basta e efetivar as mulheres nos espaços de tomada de decisão, Manoel Mota, como temos hoje, aqui, a nossa suplente de Deputada Federal, Jusci Ribeiro, coordenando um dos mais importantes núcleos do nosso mandato.

A nossa equipe, no mandato do Deputado Professor Allan Kardec, a sua grande maioria é coordenada por mulheres.

Estamos aqui com a nossa Reitora Maria Lúcia Cavalli Neder, que por duas vezes foi Reitora da minha universidade, a Universidade Federal do Mato Grosso, e ajudou a conduzir também uma Reitora, a Myrian, e hoje esta posta, qualificadíssima para ser a minha Senadora do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

E são esses espaços, Renata, que nós temos que aproveitar e colocar à disposição da sociedade, as mulheres, para fazer disputa política, para ocupar os espaços de tomada de decisão e para que possamos, num próximo ano, numa próxima gestão, estar comemorando a diminuição do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

feminicídio no Estado de Mato Grosso, um Estado conservador e machista, mas que, com a participação das mulheres efetivadas no poder, isso vai mudar.

Bom dia! Obrigado! (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Eu convido agora, para fazer uso da palavra, a Deputada Manuela D’Ávila (PALMAS).

A SR^a MANUELA D’ÁVILA – Bom dia!

Estou muito feliz de estar aqui com vocês!

Quero cumprimentar cada uma e cada um e agradecer à Deputada Janaina Riva, ao Deputado Professor Allan Kardec que me trouxeram até aqui.

Quero saudar toda mesa, o conjunto de autoridades presentes, militantes do movimento de mulheres, do movimento contra a violência, das vítimas de violência, que são militantes da nossa luta, são autoridades da nossa luta.

Quero cumprimentar o nosso Magistrado, a nossa Promotora - ouvi a belíssima fala do representante da OAB -, que são pessoas muito importantes na construção de uma sociedade igualitária.

Foi a Assembleia Legislativa, a partir da Deputada Janaina Riva e do Deputado Professor Allan Kardec, que me convidou na condição de Procuradora da Mulher da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e nos proporcionou este encontro.

Eu estou muito satisfeita de conversar, sobretudo, com tantos jovens, porque eu até tinha organizado uma fala inteira sobre o feminicídio, mas quero falar para vocês um pouco da minha experiência na construção ou em formas como podemos pensar para evitar que existam novas mulheres que não estejam entre nós.

Quando falamos em feminicídio, precisamos pensar que nós mulheres nunca estivemos todas, sempre existem mulheres que faltam, falta hoje a Marielle; faltam mulheres que ocupam cadeiras vazias neste auditório, neste teatro; faltam mulheres que seguem vivas, mas que já não estão inteiras pela violência que sofrem em seus cotidianos, uma violência que é praticada de múltiplas formas e que a última etapa dela é o feminicídio.

Eu prefiro falar sobre o que acontece antes do feminicídio, porque não quero que tenhamos que passar as nossas vidas enterrando umas as outras, chorando sobre corpos de mulheres, de meninas que poderiam estar vivas ou nos deparando com mulheres e com meninas vítimas de violência cruel, porque a sociedade brasileira é uma sociedade que vive uma crise grande na sua segurança pública e, portanto, é uma sociedade em que homens e mulheres têm medo.

Mas sentir medo ou ser violentada por pessoas que amamos é ainda mais cruel. Ver uma pessoa perder a vida ou ser vítima de violência física depois de dedicar os seus sonhos, a sua energia - o amor é o que temos de melhor, pelo menos eu acho -, depois de depositar o que temos de melhor numa outra pessoa, é algo absolutamente cruel e eu decidi dedicar a minha vida ao combate ao machismo, e o nome do que gera o feminicídio é o machismo.

Então, eu quero falar um pouco sobre isso com vocês.

Nós temos uma sociedade que é estruturada a partir da desigualdade entre mulheres e homens. Ao fim, ao cabo, o que leva um homem a matar uma mulher? Porque quando falamos em feminicídio nós estamos falando sobre isso. O que leva um homem a pensar que é tão dono de alguém, como se esse alguém fosse um objeto, aqui está uma parte da resposta, que esse alguém, quando não quer mais se relacionar, ou quando manifesta uma opinião contrária, ou quando diz que quer tomar um outro rumo na vida, ou quando não aceita traição, ou quando esse homem

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

está desempregado e tem na sua cabeça a ideia construída de que ele dever ser o provedor e, portanto, se torna alguém diante dessa mulher frustrado, o que leva essa pessoa a acreditar que ela é dona da outra a ponto de poder desfazer-se dela, como nos desfazemos quando nos cansamos, quando rasgamos as roupas, os sapatos, as bolsas, ou os vidros descartados de xampu, de leite? É isso. O centro disso é o centro de uma visão de papéis que estão estabelecidos na nossa sociedade, que são papéis construídos culturalmente, e é por isso que é tão importante que tantas meninas e meninos jovens estejam aqui, que são construídos ao longo das nossas vidas. A isso chamamos de identidade de gênero.

Eu não quero mais falar sobre esse nome, porque sobre esse nome criou-se uma batalha de mentiras e quando temos uma batalha de mentiras se nós perdermos tempo, nós que defendemos a vida das mulheres, provando que não estamos falando sobre o que eles dizem que nós estamos falando mais mulheres morrerão.

Então, eu não tenho nenhuma paixão por nomes. Eu tenho paixão por causas. Nós chamamos cientificamente isso de identidade, mas vamos falar sobre papéis ou sobre caixas.

Quando nascemos nos colocam em determinadas caixas e essas caixas pressupõem determinados papéis, como se fosse uma peça de teatro - imaginem que a vida é uma peça de teatro - e que nós só podemos encenar alguns papéis.

Quando ficamos grávidas, e nós mulheres somos as que ficam grávidas, desde a gestação as nossas crianças já são tratadas a partir desses papéis ou desses personagens que eles poderão viver.

Eu, por exemplo, fiquei grávida - vou sair um pouco para eu poder olhar para vocês melhor.

(A ORADORA SAI DO PÚPITO E VEM PARA A SE POSICIONA À FRENTE.)

A SR^a MANUELA D'ÁVILA - Eu atrapalho o pessoal da TV Assembleia, que são meus colegas de profissão? Não? Então eu posso falar assim.

Eu, por exemplo, no meio da minha trajetória política, no meio mais recente, tenho 14 anos de mandato, fui vereadora, fui Deputada Federal duas vezes, nunca o centro da minha atuação foi a questão das mulheres, a minha atuação tem a ver com o movimento de juventude, fui da UNI, fiz um conjunto de legislações relacionadas à realidade dos jovens do Brasil, mas quando me tornei Deputada Estadual eu engravidei de uma menina e isso fez eu perceber a importância de me somar - eu já era feminista há bastante tempo, mas não atuamos só nas nossas causas - à luta das mulheres e transformar isso no tema central do meu mandato.

Se era eu, então, a Deputada mais votada do meu Estado, tinha eu a obrigação de dar voz a isso que é estruturado e que cresce, a agressão, de forma muito truculenta, foi dito isso aqui, a violência contra as nossas ideias cresce de forma muito intensa, então eu tinha a obrigação de fazer sobre isso.

Mas, como eu dizia, engravidei de uma menina. Como eu fui tratada como mãe de uma menina? Quais os valores que queriam passar subjetivamente?

Nós não somos máquinas. O ser humano tem uma parte da sua construção que é objetiva e outra que é subjetiva.

Então, como é - eu não fiz enxoval para a minha filha - ou quais são os presentes que uma grávida de uma menina recebe? Vamos falar de lençol? Bebê faz muito xixi e trocamos muito lençol. Então, ganhamos muito lençol. Como é o lençol de menino e como é o lençol da menina? Lençol da menina é rosa claro, aquela cor da Peppa - eu tenho pavor daquela cor, porque eu

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

acho feia, não é nada obsessão -, acho uma cor feia, morta. Eu pedi para as pessoas que me dessem de presente amarelo, laranja, verde, azul, cores vivas, rosa *pink*, roxo, cores que tivessem vida, mas a cor típica de um enxoval de uma menina é o rosa claro, pacato, doce, sensível. Com quais personagens? A bailarina, a princesa, unicórnio, que já é uma coisa pelo menos mais lúdica, mas são, sobretudo, personagens e estímulos relacionados a nossa condição dos afetos.

Nós somos treinadas para o afeto - isso é uma parte boa -, afeto e os cuidados que nós desenvolvemos. Só que só nós somos criados para isso.

Para são criados os meninos?

Sobre a princesa eu falo depois, princesa tem um monte de outros atributos, para além do afeto. A princesa espera o príncipe, a princesa é vítima de violência sexual, porque ela fica esperada, deitada, vem um homem que ela nunca viu na vida e a beija. Que loucura, não é?

Eu fico olhando aquela história, todas as mulheres são más, a princesa sempre tem uma inimiga. Quem é? A bruxa - outra mulher.

Depois falam assim: as mulheres não são amigas entre si. Isso sai de uma coisa que temos espiritual de odiar uma a outra. Nós não passamos a vida inteira ouvindo que somos inimigas uma da outra, não é? Desde um ano, desde os dois anos, desde os três anos.

Os meninos são estimulados para a vida! O enxoval do menino é azul, tem foguete, tem carro - carro, foguete.

Brinquedos. Como são os brinquedos depois que a criança nasce e cresce? Os brinquedos são...

Às vezes as pessoas me falam: “mas a Laura tem uma cozinha.”. Laura é minha filha. Tem porque ela come, ela é ser humano, ela vai ter que cozinhar. Certo?

Todo mundo aqui come, não é, gente? Alguém não come? Tem gente que não come? É um dos problemas relacionados a nossa condição de mulher, as doenças do corpo que tem relação com tentar nos deixar obsessivamente magras e não comemos. Mas, via de regra, nós comemos. Então a minha filha tem panela, mas esses são brinquedos exclusivos das meninas.

Tentem dar, eu nem tento muito porque serei vista como uma louca, radical, que está querendo tornar todos os meninos gays, porque eles tratam o tema de ser gay como se fosse um problema e como se ter uma panela com dois ou três anos fosse fazer alguém virar gay. Não é? É uma coisa louca o peso de uma panela e uma boneca.

Mas quais são os brinquedos que as meninas ganham? Casa. Criança. Boneca e panela. As crianças amam porque nessa fase elas gostam de reproduzir o que os adultos fazem e os adultos cuidam dela, que é o bebe, a boneca, e cozinham porque nós comemos, como eu disse antes.

Quais são os brinquedos que os meninos ganham? Brinquedos de estímulos físicos, a bola, depois aqueles bloquinhos, pequeno engenheiro - nem existe de pequena engenheira. Uma amiga minha deu de presente para a Laura, de dois anos, e mudou, botou pequena engenheira.

O que nós fazemos?

Estou falando sobre isso porque quando falamos no feminicídio temos que compreender de onde ele nasce.

Ninguém nasce achando que pode executar alguém biologicamente diferente.

Nós construímos isso quando dizemos aos homens que eles serão do mundo, dos foguetes, dos carros e dos esportes como a bola, o futebol, e que as mulheres serão de casa, do ambiente privado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Quando olhamos a realidade da desigualdade entre homens e mulheres no Brasil e vemos que 50% das mulheres que são mães, com a CLT, eu não estou falando pós-reforma trabalhista, com a estabilidade prevista as gestantes de licença e dos dois meses pós-licença, com a estabilidade da CLT, metade das mulheres que têm filhos não conseguem lugar no mercado de trabalho. Por quê? Porque a nossa sociedade é estruturada, desde a primeira infância, com a ideia de que as mulheres são as responsáveis únicas pelas cozinhas e pelas bonecas, ou seja, pela vida privada e que os homens são do mundo, os homens nasceram, para fazer foguetes, afinal de contas, para andar de carro, para cuidar, para ser forte, para não chorar, para trabalhar, para prover casa.

Então, nós reproduzimos uma estrutura em que os cuidados com o mundo privado são das mulheres.

Quando falta creche - o Brasil é um País que não tem uma estrutura de educação, de creche, educação infantil e de escolas com atividades em tempo integral -, quando o Estado não é estruturado para nos ajudar na nossa emancipação, para cumprir o seu papel para permitir que mulheres sejam iguais aos homens na vida real.

Quando o Estado não é estrutura para isso, agora nós temos a Emenda Constitucional nº 95 que proíbe a ampliação de gastos por 20 anos em um País que 90% não têm creche pública. Quem fica em casa cuidando da criança? A mulher. Porque é essa estrutura que nós ensinamos aos nossos meninos todos os dias, quando nós os colocamos no outro papel e colocamos as meninas naquele determinado.

Quando temos um doente naquela família diante do Sistema Único de Saúde, que é revolucionário, mas que ainda é muito pequeno diante das necessidades do povo. Correto? Quem fica na fila esperando a ficha?

Entrem em um hospital, com essa observação antropológica, e vejam quantos homens cuidando de pacientes, eu não estou falando dos médicos, eu estou falando dos visitantes, dos cuidadores da família, quantos homens estão dentro do hospital? Um.

Então, as mulheres não têm acesso igual ao mercado de trabalho nem do ponto de vista da geração do trabalho e nem da remuneração. Nós ganhamos depois de sermos mãe; 60% do salário de um homem, em geral, são 21% a menos. Depois da maternidade são 60% a menos.

A sociedade estrutura essa desigualdade que gera o feminicídio, termina, digamos assim, do ponto de vista mais cruel, no feminicídio. Ah, isso não tem nada a ver. Como não? Como não, quando nós dizemos para as nossas meninas que elas não devem ocupar o espaço público desde sempre, que cabe a elas a vida pacata de uma princesa como caminho único.

Eu não tenho nada contra quem quer ser princesa. Quem quer viver a vida, nada contra. As mulheres... A diferença é: A única coisa que nós podemos ser. Nós podemos ser todas as coisas e somos educadas para sermos só uma. Quando nós rompemos com isso dá um colapso, porque o machismo impõe um estereótipo a nós, mulheres, mas também aos homens. O estereótipo dos homens ou a caixa de personagem que é dada aos homens no machismo é horrível. A não sei como eles não se levantam e se revoltam contra isso.

Às vezes, eu brinco com meus colegas Deputados. Eu tenho que lutar por nós, mulheres. Se eu tiver que lutar por vocês, também.

Qual é o tempo de licença-paternidade dos Deputados Estaduais, meus colegas? Oito dias. Oito dias mal se sai do hospital. Fica-se ali dois, três dias, depende se é parto normal ou Cesária. No Brasil tem essa epidemia de Cesária. Mal se sai.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

A mulher está lá se recuperando de um processo transformador, emocional e físico, e o cara já está no trabalho de novo como se nada fosse. Qual o papel da afetividade dos homens nesse padrão machista? O não gostar. Como que os meninos são estimulados pelos pais?

Às vezes, eu gosto de fazer tratamento de choque; os meus colegas falam assim: “nossa, meu filho é um partidão para sua filha” eu falo, mas nada sério tudo bem? Porque ela vai pegar geral. Só para fazer um teste, do mesmo jeito que eles fazem com que os filhos deles.

Os filhos deles têm que ser os maiores namoradores, pegadores; quase que nem animal no cio; eu cresci no interior. Quem mora em casa aqui? Bastante gente, aqui é uma cidade com bastante casa, quando vemos a cadela entrar no cio, o cachorro se desespera, ele faz qualquer coisa, ele pula o muro, a grade.

Esse é o estereótipo, a caixa de papel dos nossos meninos, de papéis para os nossos meninos é muito parecido com isso... Aí tem violência sexual e não sabe o porquê, não entendem de que lugar que sai a ideia da violência sexual que surge, por exemplo, quando as nossas meninas saem à noite e um dia, eu não conheço ninguém imune a isso, nem adolescente ou jovem e nem pai, no qual não quer um dia na sua vida, não está atento o suficiente a sua filha, para que essa menina, por exemplo, beba em uma festa e beba demais.

Então, eu não conheço nenhum jovem imune, você nasceu imune; esse nunca vai beber demais, nunca conheci ninguém que me apresentou o remédio que damos para essa imunidade.

E também não conheço nenhum pai ou mãe que cometam erros, que fica ali todos os dias, só se ficar louco, só se for aquele episódio de *Black Mirror* que a mulher coloca um chip na cabeça da criança, todo mundo viu? As meninas viram que aquilo é perto da realidade.

Então, o que acontece, a menina bebe um dia demais, estava fora do controle do pai e da mãe; quando discutimos educação sem machismo, estamos perguntando se o menino que é colega dela poderia estar ficando com ela, podia, porque a sexualidade dos nossos jovens acontece, mas querendo ou não ela acontece.

Eu quero saber se for a minha filha, por exemplo, que me esforço muito para criar, para ser absolutamente presente, se a minha filha beber um dia demais, se eu errar um dia, se eu for desatenta um dia, quero saber se o menino educado na mesma escola que ela, vai ser educado mesmo ficando com ela, está lá beijando na boca, que a juventude faz também, ele vai ser o que acolhe e leva para casa ela desmaiada, ou ele vai ser o que violenta porque disse que estava ficando, ela vai ser a bela adormecida que é beijada, ou vai ser desrespeitada por esse menino, porque é isso que acontece, nos casos de violência sexual.

Mas são também que nós idealizamos em nossa cabeça, que descemos do ônibus, à noite, e saímos com medo olhando para os obstáculos na rua, vendo se pode sair alguém atrás da árvore, pode sair alguém atrás do muro, pode sair alguém atrás.

Tem uma amiga minha que diz, feminismo é aquela sensação que nós temos na rua, quando descemos do ônibus, e temos medo de ser estuprada, e olhamos para trás, sabemos que está vindo alguém, quando olhamos que é uma mulher, e não é um homem, na vida real, todas as mulheres tem o feminismo, quando pensamos nisso.

Mas a violência não é só essa, é minoritariamente essa, 70% dos casos de violência sexual, acontece nos ambientes familiares da vítima, é esse o caso da menina que bebe demais, e que o menino a violenta, estupra, e que depois escuta que isso não era estupro, porque afinal de contas, ela bebeu, e se fosse um menino o que diriam? Noventa por cento dos homens não se ofendam!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Diriam, até a mãe às vezes, faz parte, meu filho está se tonando homem, qual é o menino de dezesseis anos que nunca tomou um porre? Aqui fala porre também, para quem bebe muito?

Então percebam a construção do feminicídio, ela é construída quando nos trancam, numa imagem de que a mulher tem que ser bela, recatada e do lar, essa é a síntese, o caminho percorrido com mais precisão, de que nós só podemos percorrer esse caminho.

Falamos por exemplo em crescimento do Brasil, retomada do crescimento da economia, em tese não tem nada a ver com gêneros, não tem nada a ver com mulheres, olhem o efeito do “lençolzinho” com foguete, ou do pequeno engenheiro. De cada mil graduandos no Brasil, 52% são mulheres, vocês sabem quem é que entra na universidade, desses mil, professora, só uma é mulher em áreas vinculadas ligadas à tecnologia.

Que desenvolvimento é esse, sem a mulher ser estimulada a ser cientista, vinculada à indústria que o Brasil precisa; nós somos metades da população, ou seja, compreender que nós somos mortas por um sistema de opressão, chamado machismo, que nos violenta quando diz que nós só seremos boas o suficiente, se formos mães, e que quando nós somos mães, nós somos excluídas do mundo, porque não nos querem em espaços como esses, com nossos filhos. E os homens vêm e brilham, constroem suas trajetórias.

Vejam o exemplo das mulheres na política, eu cheguei aqui e várias pessoas me perguntaram, onde estava a minha filha, que ela está com o pai hoje em casa, ela não vem, e hoje meu marido e eu, dividimos todas as responsabilidades, porque para eu viajar sexta, sábado, domingo e segunda, como eu tenho que viajar na semana que vem, ela tem que ficar comigo. Como é que eu vou ficar quatro dias sem ver uma criança de dois anos? Todo mundo sabe que eu tenho uma filha.

Não existe hoje... Quem sabe que eu sou candidata à Presidente e que não tenha visto alguma foto minha com a minha filha? Porque quando ela vai, é óbvio que ela quer chamar a atenção, ela é um bebê. Ela sai nas fotos, faz sorriso, ela acha que aquilo ali... Quem conhece ou sabe quantos candidatos à Presidente homens têm filhos do tamanho da minha filha? E aí, esses dias, eu ouvi assim: “Por que ela não vai para a escola?” Ela vai, só que eu tive que explicar ao jornalista que ela não mora no Japão, ela precisa de alguém para levá-la até a escola.

No Japão, as crianças vão sozinhas com o apitinho, se tem algum perigo, elas apitam. No Brasil, não. Se eu não estou em casa, quem leva para a escola? É o meu marido. Correto? Quem leva os filhos dos meus colegas para a escola? Eu não sei! A sessão na Câmara dos Deputados, por exemplo, começa às 16h e acaba às 02h, e quem busca na escola?

Então, ou compreendamos profundamente como nós estruturamos o machismo a partir da divisão espaço público, espaço privado; carreiras de mulheres, carreiras de homens; e são estimulados desde sempre, desde a gestação, desde os primeiros anos, comportamentos de homens e comportamentos de mulheres.

Quantas vezes as escolas tiram as meninas com os uniformes curtos para não ter o trabalho de fazer o debate com os meninos de que o corpo é das mulheres? E que esse corpo pode ser usado por nós como nós quisermos? Que se nós transarmos com alguém, podemos transar, mas temos o direito de escolher. (PALMAS)

Percebam! Mas vejam o corpo não aparece morto do nada. Os meninos nasceram iguaizinhos à Laura, iguaizinhos, não sabem nada! Não sabem nada! As diferenças biológicas entre

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

homens e mulheres surgem na adolescência com os nossos hormônios, o resto é tudo construção social.

Esse tema do uniforme, às vezes, as pessoas dizem assim: “É, mas não é de bom tom ir para a escola com um short curto.” Eu até tendo a concordar, porque é direito das escolas terem uniforme para os homens e para as mulheres. Porque eu nunca ouvi dizer que os homens que estão de calçãozinho... Eu, na sétima série gostava de um menino que jogava vôlei com um calçãozinho desse tamanho...

(A ORADORA MOSTRA POR GESTOS O TAMANHO DO SHORT A QUE SE REFERIU.)

A SR^a MANUELA D’ÁVILA – E eu nunca ouvi ninguém falar que ele estava provocando em mim instintos “inseguráveis”, que eu podia atacá-lo. (RISOS) Nunca ouvi!

Porque de certo, olhem só, isso tem dois papéis: ou presume que eu não tenho esses instintos, portanto, se eu sou mulher, eu sou assexuada, ou que eu tenho que ficar esperando ele vir até mim, que é um papel nosso, e que ele que tem que atacar; mas pressupõe também que ele pode circular do jeito que ele quer. Não é? E que as meninas não podem. Isso vai consumindo a ideia dessa força extraordinária dos meninos sobre as meninas, gente, o corpo não aparece do nada. Não aparece. Eu falava com a Deputada Janaina, as pessoas ficam falando, e nós ficamos cochichando parece que é sobre outras coisas, mas é sobre o que as pessoas estão dizendo.

Existem estudos que mostram... Às vezes, as pessoas falam: “Ah, as meninas não fazem faculdades dessas áreas de tecnologia, porque elas não querem, elas são livres para escolher o que elas querem”. Claro. É verdade. Só que nós só sonhamos com o que nós conhecemos.

Vocês conseguem sonhar com o que vocês nunca viram? Uma fruta, se eu falar assim: todo mundo sabe como é – tem bastante gaúcho aqui – a árvore da erva-mate? Quem sabe como é a árvore da erva-mate? Tirando os que sabem, alguém consegue sonhar com a árvore da erva-mate sem conhecer? Não. Como é que as meninas vão escolher coisas, profissões e sonhos que elas nunca tiveram contato?

Na escola, a principal causa da piora, e existe uma determinada piora de desempenho nos anos finais do Ensino Médio em áreas que chamamos de áreas duras. Eu pelo menos sou da humanas, para mim matemática, logaritmos, trigonometria, química, física são áreas que exigem muito mais exercícios repetitivos.

Só que nós temos dentro de casa um padrão que é repetido por muitas mulheres. Quem ajuda nas tarefas domésticas numa família com dois irmãos? Quem tem irmão das meninas aqui? Todos os meninos tiram a mesa igual a vocês depois do almoço? O quarto tem que ficar arrumado igual? Eles ajudam, sei lá, dependendo da divisão da tarefa, a varrer a casa, por exemplo? Tirar o lixo? A pior tarefa, tirar o lixo orgânico.

Qual é o resultado disso ao longo da vida? Ao longo de uma semana de estudo na vida da menina? É óbvio. Ela faz menos tema. Ela tem menos prazer, porque o prazer nos ajuda a viver a vida e aprender com mais qualidade. É óbvio que tem piora no resultado escolar em demandas que exigem esforço repetitivo.

Então, estou tentando com exemplos muito singelos, muito singelos, fazer com que todos nós percebamos, e talvez esse seja um dos erros eventuais do movimento de mulheres, das feministas, como eu sou, todos nós somos machistas. O machismo é como se fosse uma grande piscina. Sabe aquelas piscinas enormes? Todo mundo está dentro dela. Não tem ninguém, eu nunca conheci alguém na minha vida que não estivesse dentro dessa piscina.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS
09H.

Nós precisamos pensar se nós queremos estar naquela parte que molha o pé, em que as crianças ficam, ou se queremos ficar naquela parte que o “cara” tem que ficar se mexendo, porque não dá pé para ninguém. Ou seja, se nós queremos todos os dias perceber como nós construímos a violência contra as mulheres ou se nós queremos reproduzir essa violência, trancar as mulheres dentro de uma caixa que, ao longo da vida, infelizmente, às vezes, vira o caixão.

A caixa de personagens que divide, que coloca mulheres de um lado e homem do outro é a grande responsável por nós enterrarmos mulheres todos os dias. Isso é um lado. Então, eu não acredito, eu não quero ser alguém que vai chorar a morte de amigas da minha filha ou de filhas das minhas amigas, ou de companheiras. Eu não quero. Então, eu só acredito que nós mudaremos essa realidade com uma educação pela diversidade. (PALMAS)

Nós debatemos, por exemplo, no Brasil, agora, longamente, o tema da segurança pública. Estranhamente o nosso debate sobre segurança pública nunca enfrenta as principais violências. Quem morre no Brasil? Nós somos o País que mais mata trans no mundo. Nós somos mais em várias coisas, algumas positivas e outras tristíssimas. Nós somos o País que de cada dez pessoas que são executadas, crimes violentos, sete são negros, sobretudo jovens, homens negros.

Crianças que nasceram como a minha filha, que são filhos, muitas vezes, de um dos seis milhões de homens que já fazem aborto todos os anos, porque não registra os seus filhos, o Brasil tem seis milhões de homens que não registram os filhos, e ninguém fala sobre isso, ninguém fala que eles abortam. Ninguém fala! Nem nas casas, normalmente, quando tratam do assunto, a culpa é da mulher que engravidou, às vezes, de um homem casado. A culpa é dela, claro, porque ela que era casada com a mulher do “cara”, não é? Ela nem sabia disso.

Ninguém fala que a mãe desses jovens que morrem muitas vezes em situações relacionadas ao tráfico de drogas, que a mãe deles está trabalhando, fica duas horas no ônibus, trabalha em situação informal por causa das eventuais faltas que ela vai ter no trabalho, disso que chamaram de custo do trabalho da mulher, o preço de empregar uma mulher.

Ninguém fala que entre o 5º e o 7º ano 50% dos jovens que evadem do Ensino Fundamental se envolvem em situações de violência, e que essa evasão se dá, muitas vezes, porque nessa idade essas mulheres que são mulheres trabalhadoras e negras do Brasil, principalmente essas, começam a deixar os filhos sozinhos, porque, é claro, com nove, dez, onze anos, a criança já dá conta minimamente dos cuidados dela própria dentro de casa. Ninguém fala que isso poderia ser evitado com escola de educação integral. Às vezes, falam assim: “É porque a família não estruturou esse jovem.” A família somos nós, as mulheres. Quando falam família, vocês já vejam o seguinte: trocou fralda de filho? Não tem moral para falar de família comigo. Abriu mão de alguma coisa da vida por causa de filho? Família? Leva na escola?

Eu brinquei esses dias, o Presidente Temer, quando buscou o filho na escola, fez aviso de pauta - eu sou jornalista - aí eu brinquei: vou mandar aviso de pauta dia sim, dia não, porque ou eu levo ou eu busco. Imaginem, eu vou sair todo dia no *Jornal Nacional*? A vida real é essa (PALMAS). Que família é essa? Que família? Que família é essa que somos só nós, as mulheres?

Então, me desculpem pela singeleza dos exemplos que eu dei, mas eu sou alguém convicta de que nós só enfrentaremos o tema da segurança se olharmos quem são as pessoas que morrem; só enfrentaremos o tema do feminicídio se transformarmos e educarmos diferente as nossas mulheres e os nossos homens.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Por outro lado, nós precisamos investir, porque política pública sem dinheiro é demagogia. Não adianta dizer que é grande defensor dos direitos das mulheres e aí não tem papel na impressora da delegacia. Esses dias, eu fui numa DEAM, Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, fazer alguns BOs das ameaças que eu sofro, e que minha filha sofre. Eu fiquei numa sala com três mulheres dando depoimentos sobre agressões, que eram absolutamente íntimas, e é de um sofrimento inenarrável dizer: “Olha, eu amei um cara que tentou me matar, eu o amo ainda.” Será que somos tão ruins que não entendemos que tem amor nisso? Tão desprovidos de capacidade de entender como é que se dá, como a vida é tão complexa para todas nós? Parece que é um monte de gente com passinho certo, Joãozinho do passinho certo, nunca vai dar nada errado na vida.

Como é que vamos fazer política de prevenção de feminicídio se não tem Patrulha Maria da Penha? Como é que vamos fazer? Como é que vamos fazer se não temos, muitas vezes, magistrados, Doutor, capacitados, como o senhor, para compreender isso? Que acham que as mulheres entram naquela situação de litígio, muitas vezes, porque querem o bem, como eu ouvi esses dias de uma juíza, de uma mulher: “A Lei Maria da Penha serve porque algumas mulheres querem ficar com o apartamento quando se separam.” Isso é um direito nosso pelo Código Civil, não precisa de Lei Maria da Penha para isso. (PALMAS)

A Lei Maria da Penha e a legislação do feminicídio são revolucionárias, mas elas não existem sem a estrutura do Estado. Não existem. Elas são o quê? Sem delegacia, sem casa de passagem, casa de abrigo para as mulheres, elas são o quê? Que mulher que deixa os seus filhos sem teto? Que mulher sem serviço de proteção, casas que sejam escondidas, porque o cara quer matar, ele persegue. Que lei?

A lei vale quando ela vale na vida. Porque nós temos uma legislação extraordinária... A senhora disse que as nossas vidas não importam. No orçamento, as nossas vidas não importam, nos orçamentos dos estados, as nossas vidas não importam. Porque na hierarquização do crime, os crimes que se combatem são outros. É mais importante pegar 60 gramas de maconha do que salvar nossa vida. É isso. No Brasil é isso. (PALMAS)

É mais importante garantir que um jovem negro de 18 anos, com 60 gramas de maconha, fique o resto da vida no presídio, dando a sensação de vingança para uns e outros, do que garantir que essas mulheres estejam aqui.

Eu vou concluir dizendo - eu já falei demais, eu vim sem relógio, é um crime isso com vocês.

Nós temos que nos concentrar em duas grandes questões.

De um lado, a mais importante, que é transformar essa cultura que coloca homens e mulheres em papéis muito limitados, muito pouco transformadores e muito geradores de opressão, de sofrimento para nós e de violência.

E de outro lado, garantir os investimentos para que as legislações que atendem as mulheres que já são vítimas de violência, que o sistema de proteção previsto na Lei Maria da Penha evitem que o Brasil seja um país que, a cada dia, tem oito júris de feminicídio.

A resposta para nós diminuirmos os feminicídios é a Lei Maria da Penha valer, e as ameaças não se consagrarem em mortes, porque é muito difícil um feminicídio que o cara decidiu matar naquele dia, que não aconteceu nada antes, é muito raro. É uma morte anunciada, e a Lei Maria da Penha trabalha com esse anúncio. Só que nós temos que fazer isso e temos que evitar que novos anúncios surjam. É muito triste ser mulher num país que acha que nós devemos ser julgadas - a vida real diz isso - pelo que nós vestimos e pela forma como nos relacionamos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS
09H.

E nós, homens e mulheres - porque os homens têm que ser parceiros nisso - não mudaremos isso sem conscientizarmos os homens. Precisamos entender que a educação, a escola é a instituição que o estado tem interferência - cada vez vou me lembrando de uma coisa que eu não disse. Gente, desculpe. Eu saio do *script* e fico voltando. Quero falar mais tudo isso, posso, Deputada Janaina Riva? Mais um minuto. Pode?

Eu vou terminar dizendo isso que era o mais importante que eu esqueci lá no início.

Quando nós debatemos a ideia de incluímos conceitos que combatam o machismo no sistema educacional, escutamos que nós não temos nada a ver com a família dos outros, nas assembleias: “Ah, deixem nossas famílias em paz.” A minha família vive em paz, podem falar sobre o feminicídio lá dentro da escola, porque não vai alterar nada na relação que eu tenho dentro da minha casa. A escola, a educação sem preconceito ou pela diversidade só gera impacto de choque em famílias ou em organizações que se estruturam a partir da nossa opressão, a verdade é essa. A minha filha vai ouvir que ela não pode apanhar, que ela pode ser qualquer coisa que ela quiser, e não vai fazer sentido nenhum, fez sentido para ela quando ela ouviu que não poderia jogar futebol. Com dois anos, ela voltou para casa me perguntando o que era coisa de menino e o que era coisa de menina, isso fez, isso doeu, o resto não vai doer.

Agora, os meninos que me dizem, quando faço debates em escolas, que nunca tinham pensando que o certo não era calar a boca da mãe com tapa na cara, faz diferença. Então, sim, eu não tenho medo de dizer que nós queremos nos meter nas famílias, porque a história das legislações tem relação com isso, nós nos metemos nas famílias quando dizemos que as crianças são obrigadas a estudarem, o que fazemos? Nos metemos nas famílias, a lei diz que aquela família não pode não matricular o filho, nós nos metemos nas famílias quando dizemos que o menor não pode beber, que o menor não pode trabalhar, que o menor não pode ser agredido fisicamente dentro de casa, reproduzindo um papel de mediação de conflitos desde a infância, com espancamento, com violência, e aí não sabem de onde surge sociedade e violência.

Então, a nossa vida dos legisladores é nos meter, o Estado serve para se meter, se vocês ainda não se deram conta é para isso que serve. Temos que escolher o que é importante nós nos metermos, e para mim a vida das mulheres é importante. E, às vezes, me falam: “Os nossos jovens mal aprendem operações básicas da matemática e língua portuguesa e você quer falar sobre o direito da mulher?” Quero, porque para mim a vida da Isabel é mais importante do que crase, eu não cheguei até aqui porque sei crase e o uso dos porquês - também é por isso, claro - mas eu cheguei até aqui porque eu sobrevivi, em primeiro lugar, porque eu sabia que poderia falar alto quando eu quisesse falar e ninguém iria calar a minha boca. Então, sim, operações básicas, divisão, estruturam a nossa possibilidade de futuro, mas nós mulheres precisamos estar vivas para isso, e para mim, a nossa vida, do ponto de vista hierárquico, a vida das trans, a vida da população LGBT, dos negros, é mais importante do que matemática e português, porque para aprendermos matemática e português e servirmos ao Brasil, precisamos estar vivas. (PALMAS)

Então, esse discurso de família e de prioridade escolares, ele apenas refletem que a nossa vida, para um conjunto de pessoas e de autoridades, não interessa! E é sobre isso que nós precisamos falar todos os dias. Falem! Falar sobre o que cada uma de nós sofre, contar com o é difícil...

Falava isso para Deputada Janaina, como é difícil... porque só nós pensamos nos nossos filhos quando decidimos concorrer a um cargo público; só nós equilibramos as nossas rotinas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

para dar conta de casa; só nós ouvimos se estamos gordas ou magras, e pode fazer de conta que não importa, mas todo mundo se importa consigo; só nós ouvimos, que nós falamos de tal jeito, que estamos brava, que estamos na TPM, que estamos louca; só nós ouvimos, que o nosso cabelo esta bonito ou feio, ninguém fala sobre isso, sobre eles.

Por isso, nós precisamos falar, nós precisamos contar umas para as outras, o que nós passamos, o que nós vivemos, como nos doem, como nos tatuam a pele, e como é dolorido se tornar forte, porque é pré requisito para nós sobrevivermos.

Nem todas nós gostaríamos de nos tornar tão fortes, como nos tornamos ao longo da vida, porque essa força vem da dor, do preconceito, das piadas, das impossibilidades, das ameaças, das gracinhas que às vezes nós fazemos, para sair mais rápido de situações que nos violentam.

Precisamos ter um país e Estados, que possamos ser aquilo que quisermos, só isso!

O machismo, ou o feminismo, ele apenas é a ideia radical, revolucionária, louca de que nós somos iguais aos homens, essa loucura eu acho que vale a pena debater e falar.

Obrigada!

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Parabéns Manuela, e mais uma vez obrigada pela sua presença.

Quero agradecer novamente, os alunos da escola Estadual Ferreira Mendes, todos os universitários, os professores, todas as universidades públicas que estão aqui presentes.

Convido para fazer parte da nossa mesa, o professor Ronaldo Meirelles da Univag, para compor à Mesa de autoridades.

Quero agradecer a Caroline de Lima, Ana Emília Sotero; agradecer também o Ronei de Lima, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores de Mato Grosso, Cristiane Montes de Novaes, Coordenadora Pedagógica da Escola Estadual Francisco Ferreira Mendes, muito obrigado pela presença. Dr^a Maria Rosa Maria, Procuradora do Município de Rio Branco, também quero agradecê-la.

E quero convidar agora a Dr^a Ana Cristina Feldner, para fazer o uso da fala.

Mais uma vez, gostaria de lembrar vocês, que como o horário da Manuela, hoje, está apertado, insistimos para que ela viesse nem que fosse para passar uma hora em Mato Grosso para que ela deixasse essa contribuição para nós, mas se alguém tiver alguma pergunta que seja exclusivamente para ela, que faça por escrito, porque se o horário apertar, antes dela sair pediremos para ela responder.

A SR^a ANA CRISTINA FELDNER – Bom dia a todos!

Cumprimento a mesa na pessoa da Deputada Janaina Riva, e parabenizo pela ação; a todos da plateia... E para começar, tem estudante de direito aqui também?

(ESTUDANTES DA PLATEIA SINALIZAM COM AS MÃOS)

A SR^a ANA CRISTINA FELDNER – Ah! Excelente!

Eu estou vendo adolescentes também... Eu sou Delegada da Delegacia de Homicídios e venho falar um pouquinho do feminicídio. Vamos começar explicando o que é o feminicídio, que é tão falado.

O feminicídio foi um tipo penal criado no dia 09 de março de 2015, portanto, estamos fazendo três anos desse tipo penal que é uma qualificadora que foi inserida dentro do art. 121, que seria o homicídio. O que seria então o feminicídio? É o crime que a vítima mulher é morta em razão de violência doméstica. Vítima do gênero feminino ou do gênero mulher. O que seria a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

violência doméstica? É aquele que nós já conhecemos e que está descrito na Lei Maria da Penha, são as violências ocorridas com relação familiar e quando é em razão do gênero mulher.

Então, vamos lá, eu vou dar um exemplo e quero que vocês respondam: no caso do tráfico, nós sabemos que tem o acerto de contas. Se a traficante, a usuária está devendo um dinheiro de drogas e ela é morta, mulher, é feminicídio? Quem acha que sim, levanta a mão.

(PARTICIPANTES DA PLATEIA LEVANTAM AS MÃOS)

A SR^a ANA CRISTINA FELDNER – Quem acha que não...

(PARTICIPANTES DA PLATEIA LEVANTAM AS MÃOS)

A SR^a ANA CRISTINA FELDNER – Não é feminicídio. Porque não basta ser mulher, a motivação do crime foi porque ela estava devendo a droga. Então, no caso de um latrocínio, de drogas ou qualquer outra questão, não é feminicídio, é uma morte de um vítima mulher.

O feminicídio é só decorrente da violência doméstica ou do gênero mulher. Vamos lá, o que seria do gênero mulher, para vocês terem uma ideia: teve o carnaval. A mulher foi ao baile de carnaval com um short curto e uma blusinha curta, porque ela pode, não pode, gente?

(PLATEIA RESPONDE: “PODE!”)

A SR^a ANA CRISTINA FELDNER – E aí o rapaz olha para ela, paga uma bebida, eles conversam e ele se sente no direito e convida ela para ir a um hotel, motel, apartamento, kitnet, seja qual lugar for. E lá ele vai para manter relações sexuais com ela. Ela nega. Quando ela nega ele acha um absurdo. “Mas como você negou? Vestida desse jeito num lugar de carnaval? Você ficou comigo, aceitou bebida, aceitou vir comigo e agora não aceita transar? Como? Isso é inaceitável!” E acaba matando-a. Neste caso é um feminicídio. Não é violência doméstica. Eles sequer se conheciam. Vocês estão conseguindo entender a diferença? Mas é um feminicídio, por quê? Porque ele subjugou, menosprezou a condição de ser mulher. Como se a mulher tivesse a obrigação de manter relação sexual com o homem quando ele quiser. Então, no momento de ser subjugada, humilhada, menosprezada, há o feminicídio.

Então, são esses dois casos, gente, é preciso ficar bem atento a isso.

Eu vou trazer um pouco dos dados para que possamos também tentar entender o que está acontecendo. Em 2015, nós tivemos seis feminicídios, em Cuiabá e Várzea Grande, esses dados são só de Cuiabá e Várzea Grande, que afetam a delegacia de homicídio. Correspondeu a 17% das mortes das mulheres. Em 2016, nós tivemos dois feminicídios que correspondeu a 18%. O ano passado nós tivemos sete feminicídios que correspondeu a 46% das mortes das mulheres. Este ano, em 2018, nós estamos começando o ano, nós já temos o alarmante índice de seis feminicídios em Cuiabá e Várzea Grande que corresponde a 100% das mortes das mulheres. Ou seja, hoje, em Cuiabá e Várzea Grande todas as mulheres que morreram decorrentes de morte violenta de algum crime, todas, 100% dessas mulheres foram mortas em razão de violência doméstica. Isso é algo muito preocupante.

Eu tive a curiosidade também de fazer o levantamento de onde essas mortes ocorreram. Sessenta e seis por cento dessas mortes foram dentro de casa. Nós vemos que não é uma questão policial, apenas. Porque não tem como colocar um policial dentro da residência das pessoas. Os crimes, 66% dos feminicídios ocorreram dentro da residência, e o restante em via pública. Desses 6 feminicídios 2 foram seguidos de suicídios.

Pessoal, é muito triste! Como delegada, nós somos acionadas, somos obrigadas por lei, como uma prática da delegacia, a fazer o local do crime. Um desses feminicídios seguido de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

suicídio eu atendi. Você denota com uma cena que vai muito além da morte de uma mulher e, nesse caso, a morte de um homem, também, do marido. É aquela poça de sangue espalhada pela casa inteira. Ele matou a mulher com quatro tiros e, na sequência, se suicidou na frente dos... Quando os filhos ouviram os tiros entraram e ele suicidou na frente dos filhos.

Nós temos ideia do que é isso, desse impacto pós-violência na cabeça desses filhos? Há um estudo, alguma coisa para repercutir a consequência desses filhos que vivenciam essa experiência?

Outro caso que eu tive, também, foi auto de prisão em flagrante, nós conseguimos em apoio com a Polícia Militar e, na sequência, foi preso em flagrante. Ele matou a mulher com um tiro na testa, porque ela não aceitava guardar os produtos de crime dentro da Casa. Quando ela se manifestou, ele falou: “Você está achando o quê? Se você continuar com isso, eu vou dar um tiro na sua cara.”. E deu na frente de 3 filhas, de 3 meninas, uma de 9, uma de 7 e uma de 5 anos e foragiu. Na sequência, com a Polícia Militar, nós tivemos a prisão.

O que essas crianças estão aprendendo com isso? Por que tudo isso está acontecendo? É como bem disse a Deputada Manuela, o que eu sempre defendo, não é uma questão policial. Desses 100% de feminicídios ocorridos aqui, em Cuiabá, e em Várzea Grande, tivemos a identificação da autoria de todos eles. Como eu disse, 2 foram seguidos de suicídio, um resultou em prisão em flagrante e o outro está preso. Nós temos, apenas, 2 casos: um que está foragido e o outro que a prisão foi negada pelo Judiciário, mas foi solicitada, requerida pela Polícia.

Então, a Polícia tem feito a sua parte. Sabemos que a impunidade aumenta o crime, mas não é o que nós percebemos nesse caso.

Nesse caso específico de feminicídio, nós temos atuado. Tem tido a consequência, mas, infelizmente, não está surtindo efeito. O ano passado nós tivemos 7 e já estamos em 6. Ou seja, o que está acontecendo aqui?

Eu me questiono muito, porque, como bem disse a Deputada Manuela, que é o que vemos, estamos no momento do empoderamento feminino. Essa palavra está tão na moda: as mulheres são fortes; hoje, não existe mais profissão feminina, profissão masculina; a mulher tem o poder, o empoderamento feminino. Nós escutamos tanto isso. E no mesmo momento histórico, no mesmo momento que isso está acontecendo, nós temos um aumento alarmante do índice de feminicídio. Se acontecesse em momentos históricos diversos, eu compreenderia. Por um determinado período a cultura é de subjugar a mulher; por um determinado período da história a cultura é a mulher ter empoderamento, mas quando os 2 fatos estão acontecendo ao mesmo tempo não sei o que está acontecendo.

Eu deixo a questão para os psicólogos, antropólogos, sociólogos, porque, realmente, digo que vai além de um caso de polícia. Como pode a mulher estar no auge do seu empoderamento... A mulher pode tudo hoje! Ela vai à frente, denuncia, temos leis, temos medidas protetivas, há mulheres policiais, há mulheres em todas as profissões. No Dia Internacional da Mulher mostra que, cada vez mais, estamos. E no mesmo período cultural temos o aumento desse feminicídio. O que está acontecendo?

Eu estou vendo que há muitos adolescentes aqui, também.

Eu, agora, falo com vocês, adolescentes!

É preciso que vocês, também, entendam o que é violência doméstica. Vocês vão começar a namorar, a se relacionar e, às vezes, confundem o amor, a violência com amor, com cuidado, o ciúme com a posse. “Ah, ele ficou com ciúmes e quebrou o meu celular, mas é porque

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

ele me ama.”. Ele não te ama! Essa é a primeira demonstração de um ato de violência. É o primeiro momento que ele começa a te subjugar.

Então, meninas, que irão começar a se relacionar, não aceitem. A violência, como bem nós percebemos aqui, não começa da noite para o dia. Ela vai aumentando.

Outro dado importante, que achei importante trazer, que pesquisamos, é que esses 6 feminicídios que tivemos em Cuiabá e em Várzea Grande não tinham registro de Boletim de Ocorrência. Nenhuma dessas vítimas tinha procurado a Polícia antes. Esse é outro dado muito preocupante, porque e elas procurarem, registraram 6 Boletins de Ocorrência e a Polícia não conseguiu atender. Talvez, fosse mais fácil resolvermos, agora. Seria uma questão policial, mas não. Elas não registraram. Há registro de uma vítima contra outro parceiro e há registro de um agressor, mas feito por outra parceira. Do casal, não há nenhum. A Polícia sequer sabia que aquele agressor que veio a matar era um agressor. E, com certeza, ele praticava outros atos de violência! Ele não chegou e já matou!

A questão é bem ampla, bem complexa. Seria muito fácil, seria muito boa, se fosse só uma questão policial. Nós temos, também, questões religiosas; temos questões culturais. Às vezes, nós falamos financeira, mas eu nem digo só financeira, porque quantas estão aqui conhecem um casal, uma mulher que provém a casa, sai para trabalhar e, ainda, é vítima dessas agressões? Ela sustenta o agressor. Nós temos inúmeros casos desse jeito.

Então, é uma questão muito mais complexa e é preciso que, realmente, haja o engajamento de todos os setores públicos, passa pela psicologia e que comece, realmente, eu a parabenizo, mais uma vez, Deputada, por ações como esta para que estudantes comecem a ouvir, para que mulheres...

Eu tenho certeza que nesta plateia temos mulheres vítimas de violência doméstica, que, às vezes, têm vergonha até de falar. Porque ela fala: “Como eu vou me separar, na minha idade, com meus filhos?”. Que comecem a ter apoio de buscar... Não sofram caladas! . E não se achem - como disse - a bela recatada é do lar.

Na época, até fizemos um *poster*, um *meme*: a bela recatada e o policial. Nós brincamos assim! Não achem vocês: “Ah, para ela é fácil falar. Ela é delegada.”. No meio policial, também, há muito machismo. É uma luta constante, diária. Não é porque eu tenho uma arma, porque eu ando armada que eu consigo me impor em todos os lugares. A maioria das vezes, até mesmo dentro da Polícia, infelizmente, somos muito vítimas do machismo.

Então, nós precisamos cada vez mais nos conscientizar para que esses índices possam ser realmente abaixados, porque é muito triste, hoje, saber que seis mulheres mortas de forma violenta, em Cuiabá e Várzea Grande, foram mortas por seus parceiros. E seus filhos? São mães! São crianças que estão órfãos! Como é ser criado sem uma mãe? Uma coisa é um acidente, outra coisa é o parceiro de sua mãe, muitas vezes é o seu pai ou o seu padrasto ter tirado a sua vida.

Só para finalizar, eu trouxe aqui um dado do Brasil inteiro, de março de 2015 a março de 2017, a cada três horas no Brasil nos iniciamos uma investigação policial. É instaurado o inquérito policial para se tratar de feminicídio, especificamente, não violência doméstica. O feminicídio, como eu expliquei para vocês, é a morte. O bater, o xingar, esses são outros crimes da Lei Maria da Penha, não é o feminicídio.

Então, de morte, a cada três horas... Este evento começou às 09h; daqui a meia hora vai iniciar uma investigação de feminicídio; três horas da tarde vai começar outra investigação de feminicídio, que é a mulher ser morta por ser subjugada. São dados alarmantes!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

São necessários, realmente: políticas públicas, palestras, o complemento ressaltamos do art. 8º, salvo engano, até aqui na Casa: a inclusão, realmente, no currículo sobre a violência doméstica.

Os adolescentes, as crianças precisam começar a entender e estudar isso, ainda que seja na escola, com a professora dizendo: “olha, não é tolerável”, porque, às vezes, o exemplo em casa é o da repetição, é o de ver a mãe sendo maltratada, apanhando e vão se repetindo essas ações.

Eu, realmente, paro por aqui, porque o conhecimento é de polícia e o que posso falar são de dados. Gostaria muito de um dia entender mais a mente, ter mais estudos dos sociólogos, psicólogos e tudo mais para, realmente, entender essa dinâmica do que está acontecendo hoje, deste momento do empoderamento feminino, no momento que a mulher está mais em evidência ser o mesmo momento histórico onde há maior índice de feminicídio. Eu não consigo compreender. Isso vai além do meu conhecimento jurídico.

Bom dia a todos!

Obrigada! (PALMAS)

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Obrigada, Drª Ana Cristina.

Quero convidar o Professor Ricardo Moraes de Oliveira para entregar a mim e ao Deputado Professor Allan Kardec os projetos de lei que foram feitos na UNIC com relação às políticas públicas voltadas à proteção da mulher.

(O SR. RICARDO MORAES DE OLIVEIRA, PROCEDE À ENTREGA DOS DOCUMENTOS AOS DEPUTADOS - PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Quero convidar agora, para fazer uso da palavra, a Srª Antonieta Costa, Presidente do Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (PALMAS).

A SRª ANTONIETA COSTA – Bom dia a todos!

Gostaria de saudar, na pessoa da Deputada Janaina Riva, os componentes da mesa e do Deputado Professor Allan Kardec.

Manu, obrigada pela sua presença!

A todos os companheiros e autoridades que compõem a mesa, axé!

Eu tenho um sonho, um sonho de poder acordar e ver um mundo onde respeite a minha identidade de gênero; onde respeite a minha raça; onde respeite os meus valores e os meus ideais de luta.

Eu tenho um sonho de chegar nesta Casa e olhar desde a entrada e me ver representada, não desfazendo das mulheres lindas que estão ali, mas eu não me senti representada quando cheguei. Cadê a mulher preta? (PALMAS)

De 62% da população negra e afrodescendente do Estado de Mato Grosso, não tem nenhuma?

Agora, sim, eu vou fazer rapidinho a minha história de vida com música. Eu gosto muito de samba, e como gosto de samba e cresci nesse ritmo, bem assim quando eu era pequena: “O seu cabelo não nega mulata, você é mulata da cor, mas como a cor não pega mulata, mulata eu quero o seu amor”.

Depois eu cresci, comecei a escutar outra música, na década de 80, que falava assim:

“Nega do cabelo duro

Que não gosta de pentear

Quando passa na baixa do tubo
O negão começa a gritar
Pega ela aí; pega ela aí
Pra quê?
Pra passar batom.
De que cor?
De violeta.
Na boca e na bochecha.”
Aí eu fiquei adulta e adoro MPB, escutei assim:
“Maria do Socorro
Suas pernas torneadas
Pelas ladeiras do morro
Ela vai no baile funk
De shortinho top e gorro
É afim do Zé Galinha
Mas namora o Zé Cachorro
E no baile só dá ela, só dá ela
Já foi Miss Comunidade na favela
Hoje sonha em morar n’outro lugar
Mas Zé Cachorro não deixa
A danada se queixa, mas fica por lá.”

Então, o que remetem essas músicas para vocês? Qual a reflexão que fazemos dessas músicas?

Eu sempre cantei, dancei, sapateei, muita coisa, mas nunca refleti sobre a representatividade dessas músicas na minha vida e na vida das mulheres negras. E falar hoje de feminicídio é, também, fazer uma reflexão sobre o feminismo.

Nós mulheres negras não éramos contempladas na linha de discussão do feminismo. Começamos a introduzir a questão do feminismo negro, e a Ângela Davis falava muito bem disso, sobre a questão dos recortes que têm que ser feito: gênero, raça, religião, situação econômica. Então não dá para tratar as mulheres todas iguais, porque não somos iguais, graças a Deus, e viva a diferença! (PALMAS)

É nesse sentido e é nessa perspectiva que nós queremos discutir a questão da violência em Mato Grosso.

Quero dizer que me senti muito contemplada nas falas anteriores, mas também dizer que temos um Estado onde as políticas públicas não nos contemplam, não só como mulher negra, mas como mulheres.

Nós falamos muito de gênero, mas como vamos discutir? Quais os mecanismos para mudar essa realidade no nosso Estado? Até que ponto nós vamos conseguir transformar?

O Eduardo Mahon estava falando da questão da educação.

Estamos com a BNCC e 60% do conteúdo já está definido. Sobram 40%. Desses 40% - não é companheiro Vinícius, companheiro Daniel, conselheiros de educação - é uma luta para conseguirmos manter o que foi colocado no Plano Estadual de Educação, que são as políticas para a adversidade, para o índio, para o quilombola, para mulheres.

Discutir gênero está sendo uma luta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Nós temos municípios, Manu, em que os professores eram presos quando falavam de gênero na escola.

Tem município aqui que só mudou a lei no ano passado - o Ministério Público teve que fazer intervenção e mudou – e o professor que falasse de gênero ia direto para a cadeia.

Então, nós ainda precisamos discutir muita coisa.

Mas o que eu poderia falar para vocês, dentro do pouco conhecimento que temos?

Não dá para falar de violência de uma forma só, porque as violências são múltiplas.

Quando se trata das mulheres negras é muito mais complicado. Nós que estamos em situação de vulnerabilidade maior. Somos nós a maioria de mulheres que mora na periferia. São os nossos filhos pretos que estão sendo mortos. Há um genocídio de jovens negros, que já foi falado também aqui.

Mas o que mais incomoda, como dizia Martin Luther King, “não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons”.

(A PLATEIA SE MANIFESTA – PALMAS.)

A SR^a ANTONIETA DA COSTA – Obrigada.

O que nós precisamos hoje é sair daqui com uma perspectiva de ações que vão mudar esse quadro, mas uma perspectiva de ações que atendam todos nós; a mulher negra, a mulher branca pobre, a mulher branca rica, a questão de gênero.

Não vemos os jornais colocarem o quanto de travestis são mortos nesta cidade. É um absurdo!

(A PLATEIA SE MANIFESTA – PALMAS.)

A SR^a ANTONIETA DA COSTA – E nós não podemos falar também, porque quem fala muito morre. A nossa fala mata.

Mariele morreu. E quantas Marieles morreram?

Então, nós precisamos ainda fazer essa reflexão de qual mecanismo vamos utilizar, além de programas e projetos, para que haja uma mudança na nossa realidade.

A realidade do Estado de Mato Grosso é séria, mas aqui não existe política de monitoramento.

“Morreram dezessete”. Quem é preta aí? Quem é afrodescendente? “Ah, morreram dezessete”.

Quando morremos, é interessante, viramos número e esse número não tem recorte, não tem nada.

Então, precisamos ainda ter uma política de monitoramento em todos os setores.

Nós precisamos entender que essa diversidade existe e está posta.

Quando eu digo que sou contra a palavra igualdade é em que sentido?

Todo mundo quer falar em igualdade. Eu acho até bonitinho, mas nós temos que discutir igualdade de direitos. É nele que nós vamos crescer, porque nós somos diferentes. E viva a diferença! (PALMAS)

Enquanto não entendermos que é na diferença que crescemos e não na igualdade, enquanto não entendermos que a igualdade de direitos mesmo nos direitos temos que parar para analisar, porque podemos cometer também injustiças sociais, não mudamos nada.

Termino falando em empoderamento. Só nos empoderamos através do conhecimento. Eu não vejo outra forma... (PALMAS)

Outra forma de empoderamento são as oportunidades. O que é oportunidade?

Nós, população negra, mulheres, homens, temos competência sim, temos condições sim. O que nós precisamos é de oportunidades e são nas oportunidades que crescemos e aparecemos. Essas oportunidades para nós estão sendo fechadas. É isso que nos preocupa.

Estou no Movimento Negro há algum tempo e dentro do Movimento Negro, até dentro do Movimento Negro, para discutir a questão das mulheres foi muito difícil. Nós tivemos que sair e criar um grupo de mulheres para poder discutir a questão das mulheres negras.

Existe uma coisa que temos que buscar a todo momento quando se trata de empoderamento, que são os espaços, os espaços que nós mulheres temos que ter.

Eu fico muito feliz de ter uma Deputada aqui. Por quê? Porque se não tivesse uma Deputada para chamar uma Audiência Pública para discutirmos o feminicídio, como seria?

Então, eu deixo aqui essas reflexões e digo que queremos ser chamadas para participar de outros tipos de discussões, por exemplo, quais as mudanças que vamos propor para que esse quadro seja exterminado.

Nesse sentido, termino e deixo aqui para vocês uma poesia do meu pai, que morreu há 28 anos, que foi fundador do Grupo de Consciência Negra no Estado de Mato Grosso.

Ele deixou uma poesia que se chama Minha Luta:

“Vivo clamando justiça e meu peito acalenta forte vontade de ser bandeira de resistência.

Eu nasci com o céu, com a chuva e com o sol.

Se luto, não é contra povo, contra credo ou contra irmão. Eu luto contra o racismo, pai da desunião.

Racismo que traz a fome, ganância e desamor.

Racismo, filho da guerra, verte sangue e traz a dor.

Racismo que faz o homem negar a sua identidade, esquecendo a sua origem, raiz e maternidade.”

Modojum baxé e ubuntu. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Quero convidar agora a Flávia Serpa, com o tema Visão Antropológica sobre Violência contra Mulheres.

A SR^a FLÁVIA SERPA – Eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, o convite para vir aqui falar.

Pontuarei algumas coisas e serei breve. Está certo?

Em primeiro lugar, a lei do feminicídio é importante, entre outras coisas, porque ela é uma conquista, é uma conquista do Movimento das Mulheres no Estado de Mato Grosso, no Brasil e no mundo. Não é um presente, é uma conquista todas nós. A lei é uma conquista nossa.

Em segundo lugar, é uma conquista também no sentido de reconhecimento de que existe uma violência contra um gênero específico.

Aqui eu gostaria de pontuar a questão que já foi trazida da identidade de gênero.

Vou bater nessa questão de identidade de gênero. Por quê? Porque a questão não é biológica, a questão é que a identidade é construída socialmente, ou seja, a mulher não só nasce mulher, mas ela pode ser construída enquanto mulher. Têm mulheres que não necessariamente nasceram com um corpo feminino, mas não são menos mulheres do que as outras. Nesse sentido é preciso que a lei do feminicídio abarque aqui também essas mulheres.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Então, é preciso pensar na questão de gênero, enquanto algo mais amplo. E não enquanto dado fixo, biológico, montado a partir de um cromossomo. Além disso, nós precisamos entender o que gera essa violência contra o gênero, de que lugar se origina? Eis aí a questão que precisamos pensar, por que é necessária a lei?

Existe uma desigualdade entre os gêneros. E isso dá essa característica de assimetria entre homens e mulheres na nossa sociedade. Infelizmente, a mulher enquanto categoria é sempre inferiorizada. Pense no nosso cotidiano, nas coisas que fazemos no nosso dia a dia, um comentário como: “É coisa de mulherzinha.” Têm mulheres que dizem isso. Isso é um tipo de violência, porque a violência não é só física. A violência é moral, é psicológica, é simbólica.

Por isso, a mulher e os homens ao falarem isso estão inferiorizando algo que é do universo feminino. Então, até nesses detalhes temos que prestar atenção e não nos colocar numa situação de inferioridade e não aceitar, por quê?

Porque infelizmente a nossa sociedade como já foi dito; é machista, é patriarcal. E coloca isso na questão da desigualdade entre homens e mulheres que já vem de muito tempo, só que agora temos dados. Mas isso é novidade?

Isso não é novidade, infelizmente não é novidade. Então, precisamos agir na raiz do problema, e a raiz do problema é essa desigualdade. Essa desigualdade tem que abarcar a diferença no sentido de que existem várias facetas do feminino, várias facetas do masculino, e todas elas devem ser respeitadas.

Dentro disso neste exato momento, têm situações de identidade de gênero em que a mulher por medo de ser estuprada, ser morta, coloca roupas largas, deixa de se adornar, corta o seu cabelo para anular a sua identidade de gênero como forma de escapar da violência.

Ela nega a sua própria condição de gênero, a sua identidade de gênero. Isso não deveria acontecer. Eu quero ser respeitada, quero ser ouvida na minha condição de mulher. Não apesar da minha condição de mulher. Eu quero ser ouvida, quero ser respeitada, enquanto mulher, eu não quero ter que negar a minha identidade de gênero. (PALMAS).

Se eu assumir outra identidade de gênero que seja plena liberdade de escolha e não por imposição social. Por exemplo, porque nesta Casa nós só temos uma representante mulher?

Essa é uma questão, porque a nossa sociedade associa poder ao elemento masculino e ao associar poder ao elemento masculino nega o feminino, e muitas das vezes nós reproduzimos isso no nosso dia a dia, com esse tipo de comentário que aparentemente é ingênuo, e impensado, coisa de mulherzinha, ou princesa, ou rosa, eu quero ser ouvida, eu quero ser respeitada e isso é o empoderamento.

Entender que esse poder é relacionar e pode ser negociado entre o gênero, ele não é algo que seja apenas do masculino, mas da relação entre mulheres e homens e nesse sentido mulheres, você não é um objeto do poder, você é sujeito, você negocia e você constrói.

Então, é preciso pensar na raiz dessa situação, e porque nós temos essa situação em que o feminicídio está colocado. Então, empoderar-se é assumir essa identidade de gênero, e assumir que o poder não é apenas masculino, mas ele é negociado entre os gêneros e pode ser construídos sim, nós temos que lutar por isso, e a lei ela é bem-vinda nesse sentido, por quê? Porque ela é uma conquista, uma conquista nossa.

É isso que eu tenho a dizer, obrigada (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Quero convidar agora a Dr^a Maria Lúcia Cavelli Neder, ex- Reitora da UFMT.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

A SR^a MARIA LÚCIA CAVELLI NEDER – Bom dia a todos e a todas. Agradecimento especial à Deputada Janaina Riva, professor Allan Kardec, cumprimentar a mesa, aos estudantes aqui presentes.

Eu acho que muito já foi dito aqui, mas eu gostaria de dar um foco especial a questão das raízes da violência. Os números estão colocados, a questão do poder da mulher e aí vemos na política, só a Deputada Janaina Riva na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Dr^a Rosana Lite Antunes de Barros, Defensora Pública, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher de Mato Grosso. Desculpa, estou sem óculos.

Em Mato Grosso para que vocês possam ter uma ideia, tivemos apenas treze representantes no Parlamento Nacional e local, para que a gente possa perceber a questão do poder masculino, e buscar as raízes.

Em que lugar é que estão as raízes do problema da violência contra mulher, ou da violência de gênero, ou da violência contra o negro, é preciso que nós entendamos, em que lugar é que estão, e como foram formadas essas raízes. As raízes são culturais, e as escolas precisam trabalhar isso.

Por isso aqui irei defender a escola de Partido, a escola tem que ter Partido, ela não pode ser uma escola isenta da diversidade econômica, a escola tem que mostrar diversidade, a pobreza; tem que mostrar discriminação, tem que mostrar a falta de respeito com as diferenças, tem que ter partido, e para isso ela tem que compreender as raízes da cultura brasileira.

Uma das raízes é o colonialismo, se nós não compreendermos que somos um País colonialista, que vamos para cima dos mais fracos, dos mais pobres, dos negros, LGBT, das mulheres, nós não conseguiremos sair dos problemas da violência.

Outra raiz é o escravismo. Por isso que nós vamos entender quando a violência se coloca contra o negro, e aqui os dados foram colocados, quem é que morre?

É o negro quem é que está desempregado? É o negro. Quem ganha menos? É o negro. Em que lugar está essa raiz, é preciso compreendê-la, está no escravismo que é a raiz da cultura brasileira.

Outra raiz pernóstica, o patriarcalismo, o machismo, se nós não compreendermos essas raízes, dificilmente nós teremos condições de combater o problema da violência, em quaisquer ambientes, ou em quaisquer questões que elas estejam, é preciso compreender isso. E porque é difícil combater isso? Porque essas raízes, elas são culturais.

O que é cultura? Cultura são as estruturas simbólicas, e aí que é difícil, por que você lida com símbolos, aquilo que vai entrando pelo sangue e pelas entranhas, pela família, porque as agências socializadoras, não são apenas as escolas.

As agências socializadoras, são aquelas que levam as raízes da cultura, está certo que não respeita a diversidade, vem primeiramente pela família, família machista, família tem preconceitos contra negros, contra LGBTs etc.

Então, nós precisamos entender isso. A mídia, há pouco tempo, era difícil ver um negro numa novela e quando entra é para ser empregada doméstica. As brincadeiras que às vezes nós achamos que são brincadeiras sem consequência, nossa amiga do movimento negro colocou algumas músicas que nós vamos ouvindo e isso vai sendo disseminado pela mídia, pela família, pela igreja e aqui eu não vou colocar a questão da religião, é a questão de que muitas raízes da igreja... Ela também trabalha com a perpetuação dessas raízes culturais. E a escola, não vamos pensar que a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

escola também não está impregnada dessas raízes e desses comportamentos que nós todos criticamos.

Em minha opinião, as leis são muito bem-vindas, tudo que pudermos fazer em termos de movimento, em termos de colocarmos a visibilidade, dando visibilidade ao problema, tudo isso tem que ser feito permanentemente, constantemente, mas só há uma saída para este País de mais de quinhentos anos... E nós vamos demorar possivelmente mais quinhentos anos, porque lidar com a estrutura simbólica não é uma coisa simples de ser feita, mas nós precisamos entrar nas escolas e na formação de professores.

O professor tem que dar aula de Matemática, mas na Matemática vai lidar com o número de negros mortos. Nós vamos colocar na Matemática os problemas reais! (PALMAS) Vamos fazer divisão com problema da discriminação racial. Nós vamos ensinar Português todos os dias, porque a língua culta, principalmente, a língua padrão, é uma das formas de você discriminar as pessoas.

A pessoa precisa ter cultura e a língua portuguesa precisa ser bem falada e bem escrita; mas, dentro da língua portuguesa, os textos serão sobre feminicídio, serão sobre a questão da diversidade, o não respeito às minorias e assim sucessivamente. Vamos estudar História, Geografia não pelos olhos do colonizador. Vamos estudar História e Geografia pelo lado dos dados reais, pela vida vivida, é isso que temos que ensinar nessa idade.

Então, em minha opinião, não existe saída, é pela educação, educação e educação e escola com partido. É cotidiano, é diário, é permanente, nossos professores são as nossas bandeiras. E nós temos que começar da Educação Infantil. A não separação de sala de menino contra menina, a não separação de brinquedos, como a Manuela muito bem colocou aqui, a questão do medo ser tratada todos os dias entendendo que essa raiz escravocrata que nós temos, infelizmente, no nosso DNA, do colonialismo, do machismo, tem que ser permanentemente parte da nossa luta.

Então, educação, educação, educação! E luta! Luta! Luta permanente e diária!

Muito obrigada.

(A PLATEIA CANTA: “BATALHADORA, MARIA LÚCIA, SENADORA”.)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Maravilha, parabéns, Professora Maria Lúcia.

Nós estamos encerrando a participação da mesa, mas é importante que a plateia se faça presente na Audiência Pública fazendo fala, aí sim nós efetivamos como Audiência Pública.

Antes de passar para a primeira inscrição da plateia, consulto a mesa se há mais alguém inscrito na mesa que queira fazer uma fala de saudação. Vamos fazer uma da plateia e volto, Heitor, pode ser?

Então, vou passar a inscrição da mesa novamente, mas aí vou fazer o seguinte: como nós temos aqui sete inscrições da plateia e a plateia começou a se esvaziar devido ao horário. Os alunos já foram embora. Eu vou fazer a inscrição – pode passar mais uma passada aqui na mesa – , o Heitor já está inscrito como o primeiro, mas convido, então, o Sr. Elias Santos, a primeira inscrição, para que ele possa fazer uso da palavra.

O SR. ELIAS SANTOS – Bom dia a todos!

Eu resolvi espontaneamente aqui falar um pouquinho da história da minha vida, de algumas coisas que aconteceram no dia a dia.

Eu tenho 51 anos de idade, esse ano farei 52, exatamente há trinta e cinco anos, na minha cada tinha uma secretária do lar, nós somos de uma família de cinco irmãos, três homens e

duas mulheres, aprendi com minha mãe que, quando eu tentava ajudar a limpar a casa, lavar vasilha... Ela falava assim: “Isso não é serviço para homem. Isso é serviço para mulher. Mulher que cuida da casa, que lava vasilha, que cozinha, lava roupa”.

Minha mãe falava assim para mim. É bom né? É bom ser homem, não é? Eu ia para a rua, brincava, chegava com a roupa suja, chegava lá, tirava, jogava em qualquer lugar, e minha mãe tinha obrigação de pegar, ou minhas irmãs, lavar e me dar passadinha. Eu fui criado assim! A minha mãe me ensinou a ser machista.

Aí, um certo dia, eu estava lá em casa e, de repente, vem a minha irmã gritando: “Elias, vai lá, vai lá. A mamãe está lá fora brigando, está lá...” Quando eu chego lá estava a minha mãe com um pedaço de um caibro grande, ensanguentado, ela deu na cabeça de um homem. Esse homem era casado com a nossa secretária do lar, que estava em casa trabalhando, ele a chamou para conversar lá fora e começou a espancar, bater, dar porrada nela, no linguajar masculino.

A minha mãe vendo aquilo, foi lá e pegou um pau e deu na cabeça dele. Graças a Deus, ele não reagiu contra a minha mãe, ele também parou a agressão, eu saí correndo para tentar defender a minha mãe, eu tinha 16 anos. Parou ali, a minha mãe pegou a nossa secretária do lar ali e fomos para uma delegacia fazer a denúncia. A minha levou, “vamos embora, vamos para lá”. Aí, na frente do delegado, ela falou que não queria denunciar. Olho roxo, a boca sangrando, isso há trinta e cinco anos, eu acho que não tinha Delegacia da Mulher ainda, não sei.

Ela falou não, não, que não foi agredida, que não queria fazer a queixa. A minha mãe pegou no meu braço, “vamos embora, filho, não tenho nada a ver com esse povo aqui. Vamos embora.” Eu fiquei incutido com aquilo em minha cabeça. Eu falei: mãe, só um pouquinho.

Eu voltei, chamei-a em um canto, e falei: por que você não quer fazer essa denúncia? Ela falou assim: “Eu tenho um filho pequeno, é muito difícil emprego para mulher, os empregos que eu consigo mal ganho um salário, eu não vou ter condições de sustentar o meu filho sem a ajuda do meu marido.” Eu fiquei com aquilo incutido em minha cabeça.

Eu tenho duas filhas: uma com vinte e sete anos de idade e a outra com vinte e cinco. A de vinte e sete é médica, está no segundo ano de residência para Psiquiatria, depois que ela formar eu acho que vou fazer consultas com ela; e a outra está formando agora, na UFMT, em Engenharia Florestal, neste semestre ela forma. Todo pai quer ter um filho homem também, mas Deus me deu a felicidade de me dar duas filhas.

Eu quero deixar bem claro que a responsável pelas vitórias, pelas conquistas das minhas filhas, é a minha esposa, pela criação que ela sempre acompanhou e soube dar. Porque nós, pais, não somos tão participativos. Essa é a realidade. E eu dizia para a minha filha uma coisa, desde pequena eu falei: filha, aprenda uma coisa na sua vida, nunca dependa de homem, e só tem um jeito de você ter facilidade e não depender de homem. Estude e estude com vontade, estude sempre para ser a primeira, para se sair bem, para poder conquistar bons empregos e ter condições de nunca precisar de homem.

Gente, é natural que quem mantém, que quem sustenta, se sintam um pouco dono. Eu irei contar um exemplo aqui: minha filha, com 19 anos de idade, chegou em casa... ela foi para a aula, tudo, mas sumiu; apareceu lá pelas 14h, e nós, pais, estávamos extremamente preocupados; na hora que ela chegou, minha esposa a chamou para conversar, dando uma dura. Ela falou: “Ah, mãe, acabou a bateria do celular, eu fui beber.” E minha esposa falou o seguinte: “Aqui a casa é minha; a comida que você está comendo, sou eu que dou; a roupa que você veste, sou eu que dou, então, aqui tem regras e as regras você tem que cumprir. Como você é maior de idade e vacinada, se você não

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

quiser cumprir, caia fora, vá morar no seu cantinho, se vire, pague as suas despesas.” Gente, ela - mulher, minha esposa. Mas isso foi um desabafo dela pela preocupação, poxa, nunca tinha sumido e de repente some.

Então, o que eu volto a dizer: não dependam de homem. Lutem por suas condições, ganhem o seu próprio dinheiro, porque a partir do momento que você depende financeiramente... Nós, homens, sei lá... Eu estou fazendo uma coisa natural aqui, gente, eu sei que estou cometendo muito machismo, muitas coisas erradas, mas aqui há os especialistas para que possam servir. Uma coisa que eu percebo, eu acho que as regras têm que ser duras. Parece que nós tememos as punições... Tempo esgotado.

Se nós não temermos as punições... Um exemplo aqui, feminicídio. Eu acho que tem que ser o seguinte: cometeu feminicídio, a regra para quem cometeu feminicídio é ser condenado a 10 anos, 10 anos em regime fechado. Agora, ele vai lá, cumpre um terço, fica um ano e meio preso e depois sai. Então, eu acho que tem que criar dessa forma, se não for... As nossas leis são maravilhosas para a Suíça, onde 90% da população têm nível superior. Apenas 7% da população brasileira têm nível superior!

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - Com a palavra, o Sr. Heitor Reis, Presidente da Associação dos Familiares Vítimas da Violência no Estado de Mato Grosso.

Vamos limitar em três minutos para conseguirmos chegar até o final dos inscritos.

O SR. HEITOR REIS - Bom dia a todos, senhores e senhoras!

Meu querido amigo, Deputado Professor Allan Kardec, nossa querida Deputada Janaina Riva, infelizmente, a nossa Deputada Manuela foi embora. Eu gostaria muito que ela ouvisse a nossa participação. Então, eu vou tentar ser o mais breve possível, porque senão, começaremos a ser repetitivos, e eu acho que todos sabem as causas da violência contra a mulher.

A princípio, eu gostaria de fazer uma homenagem e uma cobrança, Deputado Professor Allan Kardec, a nossa Vereadora Marielle, que foi assassinada e até hoje não sabemos o motivo. Então, eu gostaria de pedir um minuto de silêncio como cobrança por essa morte tão estúpida que ocorreu no Rio de Janeiro, que representa uma violência, não só contra as mulheres, mas com toda a população brasileira.

Peço um minuto, rapidinho, de silêncio para nós homenagearmos e cobrarmos essa posição de todas as autoridades policiais.

(FAZ-SE UM MINUTO DE SILÊNCIO PELA MORTE DA VEREADORA MARIELLE.)

O SR. HEITOR REIS - Obrigado a todos! (PALMAS)

Eu quero rapidamente, Deputado, fazer algumas colocações e pedir em seu nome e da Deputada Janaina Riva... No ano passado, foi divulgada a Casa da Mulher Brasileira sendo instalada em Cuiabá. E foi só uma propaganda, nós não aguentamos mais propaganda política em jornais, revistas, na mídia. Nós queremos ações.

Eu gostaria que a Assembleia Legislativa, através de Vossas Excelências, pudesse cobrar, porque o recurso é um recurso federal e esse recurso já estava garantido no ano passado. Eu não sei o que houve, por que esse recurso não veio. E nós necessitamos desta Casa.

Eu discordo de algumas coisas que foram faladas aqui, vocês vão me desculpar, mas a violência não é só contra a mulher. Eu vou pedir, como homem, perdão e desculpas por toda a nossa geração ter praticado tanta violência contra a mulher, contra o idoso, contra a criança, contra o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

deficiente. A violência não está só contra a mulher hoje em dia no Brasil, a violência está dentro de nossas casas com todos nós.

Mas, logicamente, a mulher, como é o patamar da sociedade, do nosso país, do mundo, ela sofre mais violência, ela é o primeiro caso de violência, e nós temos que tratar, sim, dessa violência. Nosso Estado é o quinto mais violento em relação à violência contra a mulher.

Eu não gosto de dados estatísticos, porque entre milhões de pessoas, se morrer o seu filho, como aconteceu com o meu, é muito difícil, ele é um só, então, na estatística não representa nada, mas, para um pai e para uma mãe, representa muito.

Então, não podemos achar que estatística é uma coisa que pode nos guiar, qualquer morte é importante, e nós temos que estar contra qualquer tipo de violência.

Outra coisa que eu gostaria de falar é que nós não temos que estudar a violência nas escolas públicas. E você foi um incentivador de um projeto que, infelizmente, o Governo do Estado abandonou, que se chamava Escola Segura, Paz na Escola. Esse projeto mudava perspectivas de estudos, nós não podemos estudar violência, temos que ensinar para as nossas crianças a paz, a tranquilidade, o bem-estar social, não podemos achar que a violência é coisa normal, não podemos achar que se você passou violência, o outro pode passar. Nós temos que nos indignar contra isso, e temos que estudar, professora, a senhora é Candidata a Senadora, eu gostaria de sugerir que estude a fundo a não violência, a cultura da paz, porque é mais importante pregarmos dentro das escolas a cultura da paz, as pessoas saberem a diferença do que é uma sociedade violenta e o que é uma sociedade pacífica.

Então, vai minha sugestão em relação a isso, e essas cobranças. Eu queria agradecer muito, Deputado Professor Allan Kardec, porque já havíamos, há muito tempo, Deputada Janaina Riva... Já tivemos até com a Maria da Penha, discutindo esse assunto, e tendo a oportunidade, temos que pôr em pauta mesmo. Violência contra a mulher é inadmissível, nós temos que parar com todos esses casos.

O que é mais importante: construir uma estrada, ou manter uma pessoa sadia, e fisicamente perfeita? Temos que valorizar as pessoas e a vida.

Muito obrigado, um abraço à todos. E gostaria de agradecer à todos os estudantes de direito, que é muito importante estar com vocês aqui, porque vocês serão os nossos defensores no futuro. Muito obrigado!(PALMAS)

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – Obrigada Heitor!

Vamos continuar, vou fazer uma adaptação com a plateia e volto aqui para a mesa. Da plateia temos a Gleice Dias, esta aqui? Gleice Dias servidora da saúde indígena; Vinícius Brasilino, vem para cá Vinicius, e depois do Vinícius nós voltamos para a mesa. (PALMAS)

O SR. VINICIUS BRASILINO – Bom dia a todas as pessoas presentes nesta audiência pública.

Sou Vinicius Brasilino, estou como Conselheiro de Estado de Educação.

Gostaria de saudar a Deputada Janaina Riva, e o Deputado Professor Allan Kardec, que estão conduzindo esta audiência. A nossa querida professora Maria Lúcia, e em nome dela cumprimentar todas as outras do nosso dispositivo.

Eu ouvi atentamente cada uma das falas, e estavam falando realmente que nós precisamos agir, para combater o feminicídio, mas mais do que isso, atuar no combate ao machismo, que é a raiz do feminicídio.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Umas das coisas que nos faz, mesmo quando nos colocamos em posição de pensar diferente a um processo colocado pelo patriarcado. E ver que as nossas escolas se estruturam, para que garantam aquela vontade moral da condução da vida das pessoas. E por que eu falo isso? Porque objetivamente quando vamos para a construção das políticas públicas, por enfrentamento a garantia dos direitos, há uma parcela da população que se mobiliza, para retirar esses direitos, isso foi o que aconteceu na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com o plano Estadual de educação, que retirou, não o direito a debater a diversidade, mas tirou a palavra gênero e diversidade como se tivesse tirando os gays e as lésbicas da escola. Mais do que isso, tirou da escola a possibilidade de debater a fundo, e combater a raiz do machismo.

É dentro da escola, que podemos garantir com que o estudante pense diferente, já que na família dele, o espelho que ele tem, é o espelho da violência, do pai que violenta a mãe, que o violenta, de uma sociedade que o violenta.

Alguém falou aqui, das mortes dos jovens negros.

Morrem mesmo, foram quarenta mil jovens negros que morreram no ano passado. Mães choram quarenta mil mães, mulheres negras pelas mortes desses jovens negros e é disso que nós estamos falando, porque o feminicídio, a morte a partir da violência doméstica, é o extrato da violência que vem estruturada a partir do patriarcado.

E como nós superamos esse processo? Com educação. E aí que a professora Lúcia foi corretíssima: é educação, educação e educação... Estamos passando por um momento de construção de uma nova base curricular comum no nosso país (PALMAS). Mas pelo que eu vejo, 40% da base apenas, é a oportunidade que teremos de debater gênero, diversidade, 40% apenas.

Enquanto isso, as travestis e transexuais ainda são impedidas de se reconhecerem enquanto pessoas, enquanto sujeito com seus nomes, são impedidas de utilizarem o banheiro do gênero que ela se identifica dentro da escola.

Então, nós precisamos utilizar da educação, dos espaços institucionais para construção de política pública. O palestrante que me antecedeu pegou um pouquinho daquilo que eu estava me preparando para falar, que é em relação a cultura de paz. Nós precisamos de uma cultura de paz. Chega de Marielles mortas, chega de Amarildos mortos! Chega! (PALMAS)

Foram 130 anos... nós faremos agora, no dia 13 de maio, de combate, de abolição da escravatura. Cento e trinta anos que faremos agora no dia 13 de maio. Quantas mortes já aconteceram nesses 130 anos pelo fato das mulheres serem mulheres e serem mulheres negras!

E para não me alongar, já estou vendo a plaquinha de tempo esgotado, eu quero agradecer à Deputada Janaina Riva pela propositura dessa audiência pública, mais do que nunca, mais do que aproveitar o espaço do Teatro Zulmira Canavarros e lotar de gente, nós estamos falando de vidas! Quais vidas podemos salvar diante dessas que já se foram. Então, muito obrigado e bom restante de audiência pública para todos. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Quero convidar agora a Sr^a Jocilene Barbosa dos Santos, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

A SR^a JOCILENE BARBOSA DOS SANTOS – Bom dia!

Quero cumprimentar a mesa em nome da Exm^a Deputada Janaina Riva; as demais autoridades; a plenária em nome da Conselheira Maria da Glória, que eu estou vendo desde o início (PALMAS) Conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

O meu pedido de fala é mais para dar visibilidade a essa participação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, para além da importância desta Audiência Pública, das

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

conferências, dos movimentos de mulheres, movimentos feministas, para que de fato aquilo que nós mulheres conseguimos conquistar em legislação como a Lei Maria da Penha, a lei do feminicídio possa ganhar materialidade em políticas públicas.

É importante o instrumento legal? É. Ele é consequência das relações sociais e da luta por direitos, mas para ganhar materialidade e principalmente no que diz respeito à superação das desigualdades de gênero é fundamental que o Estado promova políticas públicas. E é por isso que estamos aqui hoje.

Em um Estado que é referência na aplicação da Lei Maria da Penha com a atuação da Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário conforme muito bem, gosto de ressaltar, a ex-Presidente do Conselho que eu tenho o prazer de ter sucedido, a Dr^a Rosana, da Defensoria Pública.

É inadmissível estarmos agora com quase duas dezenas de crimes, homicídios contra mulheres no nosso Estado de Mato Grosso, com certeza, a grande maioria desses serão apurados como feminicídio, e de acordo com a fala da Delegada Ana Cristina, que já esteve presente aqui hoje, seis homicídios contra mulheres em Cuiabá e Várzea Grande já estão tipificados como feminicídios. Quer dizer, 100%. Isso é muito grave, demonstra que nós tivemos retrocesso, porque esses números têm aumentado.

É possível já elencar dois retrocessos: na questão das delegacias especializadas de defesa da mulher, que muitas já foram citadas aqui hoje e que já foram também mencionadas na Audiência Pública do dia 20. O próprio Revive que era um programa de atendimento integrado de ações a essas mulheres vítimas de violência, que era insuficiente, mas que poderia ser uma experiência a ser propagada ao restante do Estado, também não existe mais.

O cenário tem sido muito perverso para as mulheres. Temos tido retrocesso nas políticas públicas, nos direitos de forma geral como alguém que me antecedeu aqui, mas as mulheres são as principais afetadas pela função social que elas ocupam. Então, é nesse sentido que estamos nos organizando coletivamente para reivindicar políticas públicas.

Foi citada aqui uma incompreensão, pois, no mesmo momento que as mulheres se empoderam há a ampliação desses crimes de ódio, mas é interessante dizer que o empoderamento não pode ser concebido a partir de uma ocupação de espaço individual por outra mulher. Isso é importante? É! Mas se concebe empoderamento quando coletivamente nos organizamos para romper estruturas, no caso, estrutura do patriarcado. É isso que nós precisamos fazer e os espaços coletivos são para isso.

Por isso, quero reforçar aqui o que já foi citado de reivindicação para fazer o enfrentamento ao feminicídio com delegacias especializadas, campanhas massivas que têm que ser feitas nesse aspecto de orientação às mulheres; a questão da educação muito bem colocada aqui pelo Vinícius. E eu já não preciso falar mais de um problema dos planos.

Só preciso reforçar que em Conferência recente a sociedade retornou para o plano, Vinícius. Tudo o que tinha sido retirado em breve virá para a Casa de Leis e nós temos que acompanhar qual será o tratamento dado pelos Parlamentares que ali estão. Se o Estado continuar omitindo, uma vez que o feminicídio não é um problema mesmo policial, apenas, e nem só questão de gênero, é fenômeno político... Se o Estado continuar omitindo como tem omitido quanto às políticas públicas, nós não podemos prescindir de acusá-lo de alguém que está amolando as facas que estão matando as mulheres.

Eu estou aqui parodiando a fala de um agente público em uma atividade em que discutia a questão da população LGBT e o mesmo vale no que diz respeito às mulheres.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Então, é este o recado do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher que se fará presente sempre para cobrar aquelas que são as políticas necessárias como um Plano Estadual de Políticas para Mulheres já aprovado, em 1º de novembro, graças à luta das mulheres conduzida pela Drª Rosana.

Agora, estamos no momento de colocar essas políticas no orçamento público, Deputada. Estamos recorrendo a todas as Secretarias que têm ação nesse Plano e precisamos incluir para que essas ações ganhem visibilidade e que, de fato, sejam implementadas.

Dentre as reivindicações quero citar duas que não foram ditas aqui, além das delegacias. E não podemos aceitar, publicamente, o Estado se comprometer em aparelhar as delegacias, em tornar as delegacias especializadas e no privado pressionar quem está à frente da delegacia para aceitar conviver com especificidades de crianças, adolescentes e idosos que têm, também, direito a atendimento separado das mulheres e, agora, querendo levar trânsito para dentro da delegacia, se for mudar para o novo prédio. Não é isso que estamos reivindicando publicamente.

Então, é interessante que nós que participamos aqui, também, acompanhemos isso, porque no privado exigem que quem está à frente conduzindo essas políticas aceite qualquer coisa, mas não podemos compactuar com isso.

Outra questão é a das campanhas publicitárias que proíbem conteúdo sexista de mulheres nessas propagandas. Tem algo que é de regulação federal. Precisamos fazer essa articulação e o que a Drª Rosana disse na Audiência Pública anterior que é proibir participarem de licitações os agressores de mulheres que ganham dinheiro participando de licitações e contratando com o Poder Público.

Então, é um pouco das demandas que, enquanto Conselho de Direitos da Mulher, nós temos encampado para além daquelas políticas que constam no Plano que eu convido a sociedade, em geral, a conhecer e ajudar fazer a cobrança.

Desculpem eu ter passado do tempo, mas acredito que nós, como Conselho, devemos ter este esse espaço para a fala um pouco mais esticado como os outros da mesa tiveram.

Muito obrigada! (PALMAS)

A SRª PRESIDENTE (JANINA RIVA) - Quero agradecer a Jocilene pela fala.

Jocilene, eu estou como você, também! A minha fala eu acabei não fazendo. Eu fiz aquela abertura e tive que abrir mão, porque, senão, não teríamos espaço para as falas seguintes.

Convido para usar da palavra o Sr. Juarez França, acadêmico da UFMT.

(PALMAS)

O SR. JUAREZ FRANÇA – Bom dia...

Boa tarde, eu não sei!

Quero saudar a mesa na pessoa da Deputada Janina Riva e, em especial, da Daniela Veiga.

Quero, de fato, direcionar uma pergunta.

De certa forma, acabarei sendo contemplado de a plateia estar vazia, porque algumas falas feitas aqui, infelizmente, não mereciam ter os ouvidos de todos que estavam aqui. Houve pessoas que falaram de feminicídio como “fomecidio”. De fato, isso não me representa, porque feminicídio não quer dizer que têm que ser tratadas as mulheres com comida e alimento. O feminicídio tem que ser tratado e pontuado na luta diariamente todos os dias. (PALMAS)

Eu quero perguntar para a Daniela Veiga de que forma podemos lutar, incluir...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Hoje, são 20 casos de mulheres tratadas como feminicídio, mas o nosso Estado é o que mais mata travestis e transexuais todos os dias, também.

É preciso que sejam somados aos casos de feminicídios os casos dos transexuais, dos travestis que são mortos todos os dias, porque esse número ele aumenta, Deputada. Ele passará de 20! Muito mais do que só 20! Precisamos buscar caminhos para que possamos cada dia mais diminuir esses índices. Os travestis, transexuais dentro das nossas escolas são os que recebem as portas fechadas, que são expulsos das escolas, que são ofendidos e mal tratados todos os dias pelo machismo, pelo patriarcado.

E a Daniela como Conselheira, como mulher, travesti e transexual, pode muito bem pontuar um pouco disso para que possamos nos conscientizar.

Muito obrigado!

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Com a palavra, a Sr^a Daniela Veiga, Conselheira de Educação de Direitos Humanos da Presidência da República.

A SR^a DANIELA VEIGAS - Obrigada!

Bom dia!

Eu vou tentar ser um pouco suscita até pelo adiantado do horário.

Falamos sobre a violência contra a mulher não é somente falamos sobre a violência física, sobre a violência psicologia, mas, também, precisamos falar sobre a violência política.

A violência política é quando o Estado se ausenta ou não cria políticas públicas para podermos empoderar as mulheres para que elas possam ter serviços básicos que estão garantidos na nossa Constituição. As mulheres precisam ter o direito e a garantia de acesso a uma saúde de qualidade, a um pré-natal de qualidade, a um exame ginecológico de qualidade, a uma educação de qualidade.

E quando eu digo sobre a educação, também, trago uma sugestão que é um debate, também, do movimento estudantil.

Eu voltei este final de semana com a Deputada Manuela d'Ávila do EME, que é o Encontro de Mulheres Estudantes da União Nacional dos Estudantes. Um debate muito pertinente é o debate sobre as creches universitárias, porque a creche universitária vai servir tanto para uma ação afirmativa que garante a permanência das mães que são jovens dentro da universidade como, também, de um ambiente pedagógico, que vai servir para que as estagiárias de cursos de licenciatura, pedagogia, possam também utilizar daquele espaço como um ambiente de aprendizado. E é muito importante para que possamos garantir que essas mulheres terminem os seus estudos, a sua graduação e, conseqüentemente, disputar o mercado de trabalho com outras pessoas.

Nós precisamos falar de uma coisa muito importante que não podemos tapar os nossos olhos, principalmente, acontece muito no Norte do nosso Estado: o tráfico de mulheres.

O tráfico de mulheres acontece muito e precisamos trabalhar esse tema que é muito corriqueiro, é muito pertinente e muita das mulheres traficadas sofrem estupros corretivos, porque muitas delas são lésbicas, deixam os seus filhos em casa e vão para outro Estado, para o Norte, e precisamos falar sobre isso, porque enquanto as mulheres estão sendo violentadas e traficadas só uma pessoa está sofrendo vantagem: os cafetões. Nós precisamos combater esse tráfico que está, também, impetrado em nosso Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Eu estava reparando sobre a questão da Delegacia da Mulher. A Delegacia da Mulher, ainda, é um mecanismo de difícil acesso no Estado, é afastada, tem muitas pessoas que nem sabem onde fica e se existe Delegacia da Mulher no Estado.

A meu ver, a Delegacia da Mulher deve ser central, no centro da cidade, de fácil acesso, como é a DHPP, porque muitas vezes a mulher sofre violência e passar na frente da delegacia e saber que ali é um espaço que vai ter segurança, isso pode motivá-la a entrar na delegacia e fazer a sua queixa, a sua denúncia.

Então, a Delegacia da Mulher precisa ser divulgada para que mulheres que sofrem violência dentro de casa possam saber que tem um espaço de defesa da mulher.

Já respondendo a inquietação do Juarez, ao menos aqui em nosso Estado há questão progressista sobre as travestis e transexuais serem incluídas no feminicídio. Até mesmo decisão do nosso Tribunal colocou que uma trans morta pelo seu companheiro enquadrou-se no feminicídio.

Esse é um debate que deve amadurecer, porque se as trans se reconhecem como mulheres, tem um a vivência e um cotidiano como mulheres e muitas vezes são violentadas dentro de casa, e essa violência é como qualquer uma outra, porque tem todo o perfil do amor, aí vem a violência, depois vem a lua de mel, o arrependimento, e logo depois vem a violência novamente. Então, é o ciclo da violência doméstica.

E o transfeminicídio que costumamos falar, que é a violência, o feminicídio contra os transexuais, deve, sim, ser aplicada, porque não existe crime igual. Todo crime tem um perfil diferente. E de acordo com o perfil do crime e o cenário do qual isso aconteceu, a meu ver e ao ver de alguns estudiosos jurídicos, deve, sim, aplicar o feminicídio para pessoas transexuais.

Espero ter contribuído e agradeço o convite!

Parabenizo a Deputada Janaina pela iniciativa!

Que este debate possa estar cada vez mais entranhado dentro da Casa de Leis, onde podemos fazer políticas públicas para as mulheres; políticas públicas para a nossa população, para que possamos, a cada dia, desenvolver mais o nosso País, mais o nosso Estado para que as mulheres sejam protagonistas no desenvolvimento da nossa Nação.

Obrigada! (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Com a palavra, a Sr^a Taiz Brasil, membro da União Brasileira de Mulheres.

A SR^a TAIZ BRASIL – Boa tarde a todos os presentes que resistem até agora.

Eu estava reparando que é muito significativo que quem permaneceu na mesa foi somente mulheres. Isso é de grande representatividade.

Eu gostaria que a Manu estivesse presente, também, para fazer um pouquinho de fala e um pouquinho de pergunta.

Pena que poucos estão aqui, mas quero dizer que vocês são exemplos do quanto a nossa vida é política, do quanto a nossa sobrevivência é política, do quanto a nossa luta, dia após dia, como mulher que se relaciona, como mulher profissional, como mulher na política, é de resistência, minuto a minuto.

Cada uma de vocês me representa muito e eu tenho muito orgulho e muita honra de estar aqui dividindo este ambiente com vocês, porque todas, ainda as que não conheço, apenas as duas colegas, mas a Nieta, a Deputada Janaina Riva, a minha querida amiga Daniela Veiga e a nossa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

futura Senadora Maria Lúcia, são mulheres que desempenham o seu papel de forma impecável; são mulheres que provam diariamente para a sociedade que lugar de mulher é, sim, onde ela quiser.

Eu fiquei muito feliz em ver muitos estudantes, inclusive alguns dos meus alunos que aqui estavam e, talvez, ainda estejam presentes, eu queria que, se fosse possível, a Professora Maria Lúcia, a Daniela ou a Deputada Janaina Riva fizessem uma fala no sentido da mulher na política. Sabemos que pela tripla jornada, pelo machismo, pelo patriarcado, é muito difícil que a mulher tenha essa vontade de participar da política. E, ainda, quando ela possui essa vontade possui as oportunidades que nem pelos Partidos, às vezes, são dadas, efetivamente dadas, que elas se mantenham lá, permaneçam lá.

A Nieta, a Deputada Janaina Riva, a Daniela e a Professora Maria Lúcia, pelo tanto que as conheço, são representações políticas que, tenho certeza, enfrentam diariamente essas violências que sofremos apenas por sermos mulheres.

A minha pergunta é nesse sentido. Gostaria de ouvir um pouquinho da fala de vocês sobre a resistência da mulher na política e o quanto vocês representam e são exemplos, principalmente, para os estudantes que aqui estavam de que nós podemos e devemos, sim, estar na política e precisamos votar nas mulheres e precisamos ser as mulheres que ocuparão todos os espaços. Vivemos em uma época onde precisamos ocupar todos os espaços e as oportunidades que não são e nos são dadas nas nossas escolas, na nossa profissão, no nosso espaço político. Gostaria de ouvir um pouquinho, se ainda der tempo.

Muito obrigada! (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Obrigada, Taiz!

Eu acho, Taiz, você que nos representa, não o contrário.

Mas essa é uma pergunta muito interessante, porque hoje mesmo eu falava com a Deputada Estadual Manoela D'Ávila sobre isso, o quanto o fator mulher e gênero afeta diretamente na nossa vida pública e política. Não tem como você dizer que uma mulher hoje consegue conviver num ambiente político em situação de igualdade.

Eu vou te dar um breve exemplo só do que aconteceu agora: eu estou sentada, estamos numa audiência pública, não vai dar tempo de almoçar com os filhos. Então você manda uma mensagem, no meu caso que tenho estrutura para isso, tenho uma funcionária que já fez o almoço, que está em casa com as crianças e vai dar comida; daí você precisa ter alguém que leve para a escola, que saiba dirigir, porque você também não vai conseguir levar para a escola.

Analisando isso num contexto geral, o quanto pesa para uma mulher o ingresso na vida político-partidária, na vida pública, quando ela não tem uma estrutura dentro da sua casa.

Daí se vê por que é relevante ser aprovada uma lei que obriga o partido a passar 30% do seu fundo partidário à candidatura feminina, porque, além termos que ter essa estrutura dentro de casa formada, porque, como disse a Deputada Manuela aqui agora há pouco, “era para ser uma obrigação conjunta o fato de ser pai e mãe”. Mas não é. Essa não é a realidade.

Você ainda têm aqueles que não incentivam financeiramente com o apoio financeiro para uma campanha política. Não existe. O financiamento é praticamente 99,9% de apoio à candidaturas masculinas. Então, tudo isso influencia.

Há alguns dias eu tive um debate, uma discussão, com uma desembargadora que dizia ser contra a questão da cota para as mulheres no Parlamento. Eu disse a ela que concordo que a cota pode ser questionada quando se está falando de homens e mulheres no que diz respeito a intelecto e culturas. Se se está fazendo um concurso que ele é feito somente num papel, que não

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

exige esforço físico, que não tenha divergência cultural, como é o caso, por exemplo, dos negros, mas dizer que uma cota em parlamento não é necessário para as mulheres, isso, na minha opinião, é um retrocesso. Avalio como retrocesso porque vivencio isso - vivencio isso!

Sou capaz de lhe dizer o seguinte: seria muito mais difícil, muito mais, se eu não tivesse já uma base política que ainda assim foi colocada em xeque, quando meu pai disse “a candidata do grupo é a Janaina”.

A maioria achava que pelo fato de ser mulher: “não vai dar conta. Ah, ela não vai aguentar”.

Isso tudo me favoreceu para estar hoje na Assembleia Legislativa.

Acho que depois do primeiro mandato é uma questão muito mais particular do que você fez, do que você desenvolveu, mas a mulher, a princípio, as divergências são grotescas, monstruosas, gigantescas.

Não tem como, Dr^a Maria Lúcia, falarmos em igualdade. Não tem como. Não na política. Não tem.

Então, o fundo partidário é uma conquista.

O que eu acho um retrocesso é, na verdade, a garantia de vagas. A garantia de vaga em si, somente ela, não dá garantia de representatividade nenhuma. Ao contrário, ela fez com que mais mulheres fossem usadas como laranjas para preencher vagas e nos coloca em uma situação muito mais vexatória do que não ter a reserva de vagas, porque é uma questão de obrigatoriedade. É obrigado ter 30% de mulheres candidatas para que tenha o restante da chapa de homens.

Quando passar a ser também obrigatoriedade de vagas no Parlamento, até ouvi a seguinte fala há alguns dias: que nós não poderíamos aceitar nada menos que 50%, porque se aceitarmos menos de 50% já estaremos aceitando a condição de inferioridade, mas tudo bem, se for para ter tanta dificuldade, podemos começar aos poucos, mas é lá que queremos chegar. Nos 50% é onde queremos chegar.

Quando chegarmos aos 50%, pode-se falar em não pensar mais em cota, porque aí se estará falando numa condição de igualdade.

Como votar uma lei que fala sobre orçamento para políticas públicas voltadas para mulheres com 23 homens e uma mulher dentro de uma Assembleia Legislativa? É muito difícil!

Quanto vale para mim, enquanto Parlamentar, uma vida? Mais do que uma rodovia, mas não é a realidade para os meus colegas.

Perguntaram-me: “ah, mas eles trabalham contra isso?” Não é que trabalham contra isso, é que trabalham com indiferença a isso, que é muito diferente de você trabalhar contra.

Se vem um projeto aqui que trata de infraestrutura e logística, veremos ser aprovado em duas semanas, porque trata do interesse da maioria deles.

Então, é essa dificuldade que a mulher tem com participação política e essa dificuldade pessoal que a mulher tem é muito forte - muito.

Eu gostei do que você falou ali em cima, você falou bem assim: “Nós temos que estimular para que essas mulheres continuem.”

Você está certinha, tem que estimular para que continue, porque a maioria que hoje está na vida pública, pelo fato de ser minoria e de não encontrar referência de igualdade, de posicionamento, faz com que a maioria das mulheres se desestime. São poucas as que continuam.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Por que é que a maioria dos homens faz carreira, e nisso a mulher é mais dinâmica, não é porque elas se candidatam e perdem eleição, mas porque a maioria desiste no meio do caminho. Desiste.

Então, hoje eu brincava aqui com elas. Hoje de manhã, antes desta Audiência Pública, a Manoela me falou: “Deputada, eu preciso de uma força para a minha candidatura à Presidência, para a minha pré-candidatura. Nós precisamos ter um palanque.”

Eu falei: Manoela, eu não sou do PCdoB, que é o seu Partido, mas enquanto mulher sinto-me na obrigação de lhe dar esse palanque... (PALMAS) É uma obrigação que todas nós mulheres temos que ter uma para com a outra porque ela é a única mulher.

Hoje ela é a única de representatividade!

Isso não quer dizer que 100%, “olha, quem votar em mim tem que votar nela, tem que estar...” Mas tenho que dar a oportunidade a ela de defender uma bandeira que é nossa, não é dela, porque a maior bandeira da Manuela é uma bandeira que é da mulher brasileira, que não é da Manuela.

Então, eu acho que ela é um exemplo muito claro do que eu acredito que tenhamos que fazer hoje na política, por isso eu acho que uma mulher tem que ser pela outra.

Como ela disse para mim na primeira vez que eu falei com ela pelo telefone: “Se nós não formos, quem será?”. É exatamente isso.

Muito obrigada. (PALMAS)

A SR^a MARIA LÚCIA CAVALLI NEDER – Permita-me um pouquinho, sei do adiantado da hora, mas tem questões que precisamos colocar o dedo na ferida.

Em 300 anos de Cuiabá tivemos 13 mulheres no Parlamento, seja como senadora, deputada federal. Isso já mostra o problema sério.

Se somos 50% da população brasileira, 51%, por que é que não estamos liderando nos Parlamentos, nas representações, nos postos de poder? É porque a mulher da mesma forma que outros é preconceituosa, porque a formação dela, e irei colocar a questão do negro, que muitas vezes falam assim: “O negro é preconceituoso.” É óbvio. Toda simbologia, toda representação simbólica, desde o seu nascimento até hoje, é recalcando essa questão, interiorizando, enraizando. Só quando ele toma consciência, e aí você vê o despertar, quando estamos nos movimentos, que você tem que valorizar, porque ali é uma escola lidando com o simbólico de como isso é construído, você compreende como isso é construído, só nessa hora você muda.

Por isso estou colocando a questão da escola, e se fala escola de pais, mas escola de pais para quem? Escola de pais para o povo brasileiro, para respeito às diferenças, mostrar os problemas existentes.

Você falar em paz desenraizado dos problemas econômicos, políticos, históricos, culturais? Não é possível.

Então, nós mulheres somos preconceituosas e nós precisamos nos educar. Esse é um trabalho que não é simples, porque se nós pudéssemos estalar os dedos, elegeríamos a maioria dos prefeitos, senadores, deputados, 51%, 53% e até Presidente da República, a Presidenta da República.

Temos que compreender que é uma questão de fundo, ouviu, Thais? Ela é lenta, mas é possível. É uma luta cotidiana, diária, nas organizações, nas instituições, e desconstruindo sentidos, aí a escola de partido tem que desconstruir sentidos e construir novos, porque senão nós

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

vamos passar mais 300 anos – olhe lá se nós vamos chegar a 13. Eu acho que se for por este caminho não chegamos a 13 mulheres nos próximos 300 anos. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Com a palavra, a Sr^a Maria da Glória Borges da Silva, representante da Nova Central e Membro do Conselho Estadual do Direito da Mulher.

A SR^a MARIA DA GLÓRIA BORGES DA SILVA – Parabenizar pela iniciativa maravilhosa, saudar a todos que ainda resistem na pessoa da Deputada Janaina Riva e da nossa Presidente do Conselho.

Eu quase desisti, porque a fome está me perturbando mesmo. Saí às 6h, mas eu acredito que a minha fala é importante.

Foram faladas das diversas formas de coisas ruins que acontecem com as mulheres, principalmente, a violência. Todos nós sabemos que só tem uma forma disso ser evitado, trabalhar para que isso seja divulgado mais dentro do Estado.

Eu quero fazer uma pergunta a vocês e as poucas que têm, eu gostaria que me respondesse.

(A SR^a MARIA DA GLÓRIA BORGES DA SILVA FAZ REFERÊNCIA AO PAINEL.).

A SR^a MARIA DA GLÓRIA BORGES DA SILVA – Vocês estão me vendo aqui. É isso que as mulheres significam para o Governo do Estado de Mato Grosso, porque se nós tivéssemos sendo visível ali, nós teríamos política. Nós teríamos uma delegacia na qual funcionasse 24 horas por dia. (PALMAS). Se nós tivéssemos sendo visível ali nós não teríamos 100% dos feminicídios em Mato Grosso.

Quando falou o nome dessas mulheres ali, eu respondi: presente, por quê? Porque elas estão em cada uma de nós que está aqui.

Uma coisa importante também. A Deputada Manuela D'Ávila veio trazer alguns conceitos ao Estado de Mato Grosso, mas ela foi embora. Isso aqui deveria ter continuado, porque os problemas permanecem em Mato Grosso, talvez ela veio trazer iniciativa juntamente com a Deputada Janaina Riva, para que pudesse abrilhantar os políticos daqui, já que talvez não se incomodem com as quantidades de mortes.

Deputada Janaina Riva, dia 20 passado, nós tivemos uma Audiência Pública, Presidente Jozi, na qual pedimos o seguinte: políticas para diminuir o feminicídio no Estado de Mato Grosso.

A senhora não estava presente porque tinha outros afazeres, mas a minha pergunta é direcionada àquela Audiência e tudo que foi determinado ali.

A senhora está a favor de tudo que foi determinado ali naquela Audiência? A senhora vai ajudar como política a cumprir, por exemplo, a estruturação da delegacia e permanência 24h?

E outra coisa, Deputada Janaina Riva, tenho cinquenta três anos, estou entrando para terceira idade já, mas se for violentada não gostaria de alguém que não estivesse nas mesmas condições fosse prioridade, o que isso significa, posso ter doze, treze anos, se eu tiver sofrido uma violência, se eu chegar à delegacia hoje e tiver uma pessoa com outro problema, se ela tiver mais de sessenta anos, ela vai ser atendida primeiro do que eu.

Então, isso não é justo, outra coisa, já estou encerrando, a Dr^a Ana Delegada, falou aqui; esses feminicídios que aconteceram, não foram procurados nenhuma delegacia. Será que não foram ou a delegacia estava fechada, ou não tinha atendimento? Ela não é 24h por dia, nunca

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

sabemos quando essas ocorrências acontecem. Eu acho que isso deveria ficar no ar gente, pode ser que essa pessoa até passou e não teve como ser atendida. Então, pode ser que isso aconteceu.

Outra coisa, educação não é ensinar sobre violência, mas é educar, é orientar esses alunos se eles virem alguma coisa anormal na sua casa, eles terem ideia de como ajudar a denunciar esses pais, essas mães que estão sendo violentadas.

Educação na escola, falar sobre violência é interessante, antes que a violência aconteça na casa, o aluno tem que saber que se acontecer ele tem que ter disposição, ou procurar alguém para fazer essa denúncia.

Apoio que essa educação na escola seja também para debater, outra coisa Deputada Janaina, meu tempo já está encerrado. E de tudo que foi falado aqui, eu não ouvi nenhuma autoridade sequer, falar da dificuldade da mulher do campo.

Nós trazemos aqui para Assembleia, vamos a tantas Assembleias, e muitos eventos, mas as mulheres só morrem na cidade é porque as que estão morrendo no campo, não esta sendo nem sequer contadas.

Eu sou trabalhadora rural, eu conheço história de mulheres vizinhas que foram mortas e violentadas. Mas isso não está aqui porque isso não tem importância, dizem que ela é do mato mesmo, entendeu.

Deveriam tratar com mais serenidade todos os tipos de violência, principalmente aquelas que não têm nem como pegar carona, por exemplo: eu conheço Confresa, 1.380km, para ela vir a uma delegacia, tem que ir até Barra do Garças ou Água Boa, ela virá?

Ela vai morrer! E se ela morrer ela será enterrada como uma causa qualquer, porque ela não conseguiu chegar à delegacia da mulher.

Estou dizendo isso, porque tem que ficar gravado, as mulheres trabalhadoras rurais também morrem, e morrem vítima de violência todos os dias, só que ninguém sabe. Muito Obrigado. (PALMAS)

SR^a JANAINA RIVA – Essa era nossa última fala. E quero agradecer a Maria da Glória, parece que tinha a professora Tiê que esta aqui.

Responderei ou você gostaria de falar antes, e eu respondo junto? Melhor você já falar que eu encerro então Tielede.

A SR. TIELEDE – Bom dia.

Não demorarei, vou falar rapidinho.

Sabem quem é esta moça da minha camiseta? Angela Davis.

Eu sou professora da UNEMAT de Sinop, vim aqui também Deputada, para reivindicar a nossa camiseta, olha o que ela está reivindicando atrás.

(ORADOR DA MESA LÊ A FRASE FORA DO MICROFONE, INAUDIVEL).

Nós estamos reivindicando a criação lá em cima, em Sinop, na criação da delegacia especializada no atendimento a mulheres.

Queria falar uma coisa muito importante que permeou a fala, e achei muito legal, da Sr^a Taiz, que falou agora por último, sobre a questão das mulheres na política.

Eu faço parte do Sindicato Nacional dos Professores da Educação Superior- ANDES e estávamos discutindo isso no congresso esses dias. Não adianta só as cotas, porque o que precisamos é de representatividade. O que significa isso? Em Sinop, nós temos uma prefeita. Olha que legal ter uma prefeita! Mas ela não luta pela delegacia!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

Nós saímos na rua esses dias sem apoio nenhum, paramos em frente à prefeitura, porque a prefeita não está nem aí para uma delegacia, e o que ela fez? Nós temos a autorização da criação da delegacia em Sinop desde 2015 e agora conseguimos um núcleo. E a prefeita quis convencer o grupo de mulheres a qual eu pertença, um coletivo que chama Sinop para Elas, que só o núcleo já está muito bom.

Gente, ela disse essa frase: “Gente, aqui em Sinop não tinha nada, agora nós temos um núcleo. Vamos parar com esse negócio de delegacia, de solicitar a delegacia, por enquanto.”. Percebem que a fala que a Sr^a Taiz falou é importante. Nem sempre ter uma mulher no cargo da política significa representatividade para as mulheres. Então, isso é seríssimo! Precisamos pensar que não adianta ocupar o espaço se esse espaço não for ocupado por uma mulher de luta, da luta.

Só para finalizar a minha fala, concordei com várias coisas, até uma coisa que o Juarez comentou que ele não concordou, quando o advogado falou também, eu fiquei pensando: essa questão de pensarmos que a morte das mulheres, do impacto da morte das mulheres na economia, por exemplo. Eu achei tão cruel ficar falando isso no mercado de trabalho, mas talvez seja um viés importante de luta para que os empresários, para que as pessoas donas do capital passem a pensar nisso. A mulher que sofre violência atrapalha o mercado de trabalho, atrapalha o capitalismo. Talvez tenhamos também que debater por esse viés.

Só para encerrar a minha fala, outra coisa importante é em relação ao empoderamento. A fala da delegada me fez pensar uma coisa muito importante: por que é que, nesta época em que se discute – aparentemente as mulheres estão empoderadas –, o feminicídio está tão alto? Vocês ficaram pensando sobre isso? Eu fiquei pensando e eu cheguei a uma conclusão.

Talvez vocês possam nos ajudar a pensar mais sobre isso. Por que a Isabel, a Valira, a Viviane, a Maria de Fátima não eram mulheres empoderadas? Porque como disse a companheira do movimento negro, eu só me empodero quando eu estudo, quando eu participo e quando eu tenho oportunidade.

Se nós formos analisar a vida de cada uma, da Keli, da Isabel, da Edilene... Como era o ambiente social delas? Qual o nível de escolaridade? Então, no empoderamento... Sempre vai existir essa questão do aumento do índice da violência se o empoderamento não for efetivo e de verdade para as companheiras que estão no campo. É seríssimo. No dia 14, eu vou participar de um evento da CPT, da Pastoral da Terra lá em Colíder, nós vamos debater a violência que as mulheres do campo vivenciam. Violência seríssima.

Nós temos uma cartilha do ANDES sobre os tipos de violência, principalmente, assédio. Quanto que as pessoas têm sofrido de assédio, as mulheres do campo em relação financeira, não poder vir para a cidade, uma violência seríssima. O homem vem para a cidade e a mulher não pode vir. Ela não pode determinar o que é que vai ser comprado quando ele vem para a cidade. Então, essas séries de coisas nós precisamos discutir, nós precisamos trazer à tona.

O empoderamento só será verdadeiro quando estudarmos sobre as nossas condições de vida, nisso eu concordo com a Professora Maria Lúcia, a escola, a universidade tem que ter partido. Que partido? O partido que busque melhor qualidade de vida para todo mundo. E é o que nós queremos, especialmente, para as mulheres.

E lá em Sinop nós queremos a DEAM já.

Obrigada! (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Quero agradecer mais uma vez, Tielide, obrigada pela fala, e vou responder aqui a questão que a Maria da Glória colocou, que acho muito importante.

Realmente, nós tivemos aqui uma Audiência Pública, se eu não me engano foi a Audiência que o Deputado Guilherme Maluf fez na Casa, até a Dr^a Ana Cristina também estava presente, algumas das autoridades que estavam aqui estavam presentes. Nós já tínhamos marcado esta Audiência Pública com data anterior e acabou que eu não consegui, no dia, estar presente, e achei, até depois nós conversando dentro do gabinete, um fato curioso: é que a maioria dos encaminhamentos que foi dada na Audiência Pública, Dr^a Maria Lúcia, já são Projetos de Lei aqui dentro da Casa.

Muitas vezes, os Deputados nem sabem que isso já está tramitando dentro da Casa. Por quê? Porque quando começamos a fazer uma discussão sobre mulher, é lógico que isso se afunila, isso começa a ter mais ênfase perto do pleito eleitoral, porque as mulheres, a participação da mulher em campanha acaba levantando essa bola. Isso eu não estou fazendo em formato de crítica, porque é natural, quando você é mulher, você quer se aproximar de um discurso voltado para mulher e quer ouvir propostas com relação a isso. Então, a época de fazer isso, normalmente, é durante o debate eleitoral.

Eu até falava há pouco com a Antonieta e disse para ela: olha, um Governador que quer fazer... Desculpe, foi com o Heitor, que estava aqui há pouco. Ele me perguntou: “Será que agora anda essa questão que ele disse das políticas estaduais voltadas para as mulheres?” Eu falei: Heitor, a minha opinião é que um Governador, um candidato que queira fazer mesmo políticas públicas voltadas para as mulheres, ele faz isso no seu Governo de transição.

Ele não precisa nem estar no mandato para fazer se ele quiser fazer. Ele faz isso na transição, que é o momento que você tem... (PALMAS)... para implantar medidas que no primeiro momento podem parecer amargas para outros setores, mas você está contemplando aquilo que você pactuou durante o processo eleitoral. Porque o que nós mais ouvimos durante o processo eleitoral é o quanto nós, mulheres, somos importantes.

É isso que nós mais ouvimos. Para citar como exemplo, que a Maria da Glória falou, esses dias eu estava discutindo dentro do gabinete, isso aqui é lei aprovado: “Torna obrigatório o atendimento hospitalar diferenciado multidisciplinar às crianças e mulheres vítimas da violência sexual no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.”. Para ficar claro para todo mundo, é a mesma questão da delegacia especializada. Só que aqui, o que é que nós estamos fazendo de diferente? Ela iria para uma única unidade de saúde, a mulher vítima de violência, e ali ela teria que passar por todos os procedimentos da mulher que é violentada, tanto a mulher quanto a criança.

Para ela não ter que ficar de porta em porta, de unidade de saúde em unidade de saúde, em uma situação constrangedora, para não dizer humilhante que é, até pior que isso, talvez, uma mulher vítima degradante, uma mulher vítima de violência sexual. Isso aqui está aprovado há mais de um ano e até hoje o Governo não regulamentou e é parecido com aquilo que a Lindinalva colocou há pouco, são ações como a Patrulha Maria da Penha, que também é um projeto que já está aqui na Casa tramitando, que foi uma das coisas que a Audiência Pública fez como meta em apresentar. Já está aqui na Casa isso aí.

E o que é que acontece? Por que é que não funciona? É como a Lindinalva falou: “Mas, gente, isso não gera custo. Você vai tratar de capacitar o servidor que você já tem. E isso você

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09H.

encontra pessoas que fazem de forma gratuita.” Então, o que falta, na verdade, é o interesse político em fazer.

É como a Manu disse aqui: “Janaina, não adianta sem orçamento, tem que ter o dinheiro para colocar.” Agora, nós, em maioria, como disse a Maria Lúcia, a pressão da mulher tem que ser como é a pressão do homem. O homem, por que é que ele vota em fulano de tal? Porque ele vai fazer a rodovia tal. A mulher tem que usar a sua pressão na urna. A mulher tem que entender o quanto... Eu digo a mulher, porque eu acredito que antes de querermos conscientizar e trabalhar isso no homem, nós temos que trabalhar em nós mesmas, em nossas irmãs.

A mesma mulher que antes só servia, só podia ser dona de casa, é a mulher que hoje também trabalha fora e está sustentando a família, os tempos são outros. E se nós não conseguirmos colocar isso em prática, iremos continuar trabalhando em projetos que são bonitos, são projetos relevantes... Eu ouvi você falar sobre a mulher do campo, se nós formos tratar desse tema da mulher do campo, da mulher negra, Maria Lúcia, vamos entrar naquela discussão que foi horrível, da Marielle, que quando você vai falar de casos determinados, fala-se assim: “Mas, isso não tem nem para o resto, isso não tem nem para a maioria e isso não tem nem para o total.” Esse discurso que é odioso para mim, é o que ouvimos.

Se eu for falar hoje da mulher do campo, eles vão falar: “Mas, calma, você está preocupando já com a mulher do campo se você ainda não estruturou, você não tem uma delegacia 24 horas em uma capital como Cuiabá!” Infelizmente, é assim. Nós vamos ter que ir por partes, isso eu sabendo que no campo, pode ter certeza, que se fizermos uma pesquisa avançada, o índice deve ser muito maior do que na zona urbana, deve ser na zona rural, porque é onde tem, com certeza, a maioria de casos que acabam sem resolver nada e acabam impunes. Então, isso também aumenta, sem falar nessa cultura machista que é uma herança que temos, principalmente, em Mato Grosso, de um Estado que há não muitos anos era um Estado formado por coronéis. É um processo de evolução que estamos vivendo.

Então, o que eu queria, para concluir a nossa Audiência Pública, primeiro, é dizer que vamos criar a partir dela uma Câmara Temática somente para debater o tema. E que ela deve ser de estrutura permanente e ser alterada no decorrer dos anos, para que as mulheres possam ter uma sala de debate, que foi o que fizemos no final, porque seria muito melhor se a Audiência Pública inteira fosse assim: perguntas, respostas, provocações.

Nós vamos fazer essa Câmara Temática. Iremos convidar algumas das mulheres que estiveram na mesa de autoridades e todas as demais irão receber no *e-mail* para que, as que se sentirem vontade e tiverem disponibilidade de participar, possam participar também. Então, iremos fazer isso.

E também fazer essa cobrança com relação ao orçamento. Se todos os colegas Deputados quiserem patrocinar e apoiar a causa da mulher, nós precisamos ver isso em recurso. Precisamos ver isso em orçamento, nós precisamos ver isso sendo colocado em prática.

Como eu disse agora há pouco: não só colocar uma parte do orçamento, como está sugerindo a Antonieta, que pode ser simbólico, a princípio, mas é uma demonstração de que estão preocupados com a nossa causa, mas também de vontade política. Nós precisamos muito da vontade política.

Vontade política de colocar uma patrulha Maria da Penha para funcionar, vontade política de vermos um governo reunindo os diversos setores para fazermos um trabalho interligado. Será que aquele aluno que a Secretaria de Educação já identificou que tem problema na escola, será

o que acontece na casa dele? Será que coincidentemente ele tem um pai e uma mãe que estão também ligados à Secretaria de Segurança Pública que pode ser por violência ou por abuso? Será que é tão difícil pensarmos num Estado que vai ter esse trabalho do coletivo, que eu vou saber que a família que eu tenho que estar atenta ou que a patrulha Maria da Penha tem que estar presente, a família que precisamos acompanhar com mais zelo? Então, eu acho que isto é o mais importante desta Audiência Pública: ouvir todas as sugestões que nós ouvimos, ouvir pessoas, mulheres tão impressionantes aqui.

Eu gostei da realidade que o Mahon trouxe para nós. Isso é verdade. Os homens não querem contratar mulheres, nós sabemos que essa é a realidade. Eles não querem que falemos sobre feminicídio, eles não querem que falemos sobre machismo. Não querem!

Quando você vê um comentário sobre mulher... Eu passo por isso, quando tem uma matéria sobre mim: “Ah, esta deve estar de TPM”; “Ah, essa aí, por que ela não vai para casa dela lavar uma louça?”

Então, infelizmente, ainda existe isso, mas o pior que isso, Maria da Glória, existem as mulheres que apoiam isso. As mulheres que comentam que foram violentadas, porque mereciam, porque era uma safada, porque era uma mulher promíscua, porque era uma mulher que se vestia de determinada forma. Então, a nossa primeira barreira, nós tínhamos que fazer o nosso dever de casa, o nosso dever de mulher. Nós temos que levar isso como uma bandeira.

Como eu disse agora há pouco, que não é da Deputada Manuela D’Ávila, que não é da Maria Lúcia, não é Antonieta, não é da Daniela, é uma bandeira que é da mulher, e temos que levar isso com mais afinco, com mais determinação. (PALMAS)

Então, só para encerrarmos a nossa Audiência Pública, quero agradecer a presença de todos, em nome da Assembleia Legislativa. Declaro encerrada a nossa Audiência, e quero dizer que foi um prazer compartilhar com tanta sabedoria que vocês trouxeram aqui hoje.

Muito obrigado! (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Cristina Maria Costa e Silva.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A EDIÇÃO DE UMA LEI DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E COMBATE AO FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2018, ÀS
09H.
